

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
FACULDADE DE DIREITO**

**DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU  
TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA: EM BUSCA DO EQUILÍBRO ENTRE  
INQUIRÇÃO E ESCUTA**

**LANA MONTEIRO FIGUEIREDO**

**Rio de Janeiro  
2019/ 2º SEMESTRE**

**LANA MONTEIRO FIGUEIREDO**

**DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU  
TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA: EM BUSCA DO EQUILÍBRO ENTRE  
INQUIRÇÃO E ESCUTA**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Andréia Fernandes de Almeida Rangel.

**Rio de Janeiro**  
**2019/ 2º SEMESTRE**

### CIP - Catalogação na Publicação

F475d Figueiredo, Lana Monteiro  
Depoimento Especial de crianças e adolescentes  
vítimas ou testemunhas de violência: em busca do  
equilíbrio entre inquirição e escuta / Lana Monteiro  
Figueiredo. -- Rio de Janeiro, 2019.  
79 f.

Orientador: Andréia Fernandes de Almeida Rangel.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade  
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2019.

1. Depoimento Especial . 2. Vítimas ou  
testemunhas de violência. 3. Direito da Criança e do  
Adolescente. 4. Doutrina da proteção integral. 5.  
Melhor interesse da criança. I. Rangel, Andréia  
Fernandes de Almeida, orient. II. Título.

**LANA MONTEIRO FIGUEIREDO**

**DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU  
TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA: EM BUSCA DO EQUILÍBRO ENTRE  
INQUIRÇÃO E ESCUTA**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Andréia Fernandes de Almeida Rangel.

Data da Aprovação: \_\_ / \_\_ / \_\_\_\_.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Andréia Fernandes de Almeida Rangel.  
Orientadora

---

Membro da Banca

---

Membro da Banca

## **AGRADECIMENTOS**

Vivemos em uma sociedade de aversão à escuta. No ímpeto de provarmos nossas visões, nos fechamos ao outro, desconsiderando suas ideias e sentimentos.

Esquecemos que escutar é um ato de cuidado e de afeto. É captar o que se diz sem palavras. É reconhecer as sutilezas de um silêncio e de um olhar. É ter a humildade de admitir que todo ser humano tem opiniões e vontades próprias, bem como o direito de expressá-las e de realizá-las.

Sou muito grata a quatro mulheres que irradiam essa lembrança diariamente: Ana Carla Pinto, Cíntia Konder, Flávia Diniz e Andréa Pachá. Obrigada por serem inspirações e referências de uma atuação profissional ética e empática. Vocês fazem do mundo um lugar melhor.

Agradeço, também, aos familiares e amigos que me presenteiam, constantemente, com uma escuta atenta, acolhedora e empoderadora. Esse apoio foi essencial na construção de quem eu sou e de onde cheguei. Paloma, Matheus e Betina, sou especialmente sortuda por ter encontrado, em vocês, parceria e confiança ilimitadas.

Por fim, dedico este trabalho à Bruna, minha afilhada e pessoa favorita, que me enche de orgulho e me inspira a ser melhor todos os dias.

“É, no fim, uma equação simples. Quanto mais afeto,  
maior a possibilidade de justiça.”

Andréa Pachá.

## RESUMO

A Declaração dos Direitos da Criança, de 1959, representou o marco inicial no reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito em peculiar condição de desenvolvimento, ratificado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 8.069/1990. À luz desse arcabouço normativo, o presente trabalho consiste em um estudo acerca do Depoimento Especial de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio da Lei nº 13.431/2017. Buscou-se compreender os benefícios, riscos e dificuldades dessa prática que pretende instaurar uma nova ética da oitiva, evitando a revitimização desses sujeitos vulneráveis perante o Poder Judiciário. Para tanto, foram consultadas publicações nas áreas do Direito, da Sociologia, da Psicologia e do Serviço Social, bem como estatísticas referentes à implementação do procedimento. Durante a pesquisa, verificou-se a coexistência de duas pretensões paralelas: a responsabilização do agressor e a restauração da integridade da vítima. Percebeu-se, ainda, que tais objetivos devem ser complementares, nunca excludentes. Por fim, restou demonstrada a relevância do Depoimento Especial como ferramenta para assegurar, simultaneamente, a proteção e a autonomia de crianças e adolescentes, privilegiando o melhor interesse da criança à luz da doutrina da proteção integral.

**Palavras-chave:** Depoimento Especial. Crianças e adolescentes. Vítimas e testemunhas. Violência. Doutrina da proteção integral. Melhor interesse da criança.

## ABSTRACT

The Convention on the Rights of the Child of 1959 represented the initial landmark in the recognition of children and teenagers as subjects of rights in current development, endorsed by the Federal Constitution of 1988 and by Law n° 8.069/1990. In the light of that legal framework, this paper consists in a study regarding the special testimony of children and teenagers who were victims or witnesses of violence, incorporated by the Brazilian legal system through Law n° 13.431/2017. The analysis aimed at comprehending the benefits, risks and challenges of the practice, which intends to establish new ethics in hearings, avoiding revictimization among these vulnerable subjects in the Justice System. For this purpose, publications in the fields of Law, Psychology and Social Service have been consulted, as well as statistics referring to the procedure's implementation. During the research, two claims were verified: the aggressor's accountability and the victim's recovery. It was also perceived that these objectives must be complementary, never excluding. Finally, the special testimony was concluded to be a relevant instrument for ensuring, simultaneously, the protection and autonomy of children and teenagers, privileging the child's best interests in the light of the Doctrine of Integral Protection.

**Key-words:** Special Testimony. Children and teenagers. Victims and witnesses. Violence. Doctrine of integral protection. Child's best interests.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|           |  |
|-----------|--|
| CGJ       | Corregedoria Geral de Justiça                            |
| CNJ       | Conselho Nacional de Justiça                             |
| ECA       | Estatuto da Criança e do Adolescente                     |
| DIATI     | Divisão de Apoio Técnico Interdisciplinar                |
| NUDECA    | Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes |
| ONU       | Organização das Nações Unidas                            |
| RAD-DGADM | Rotina Administrativa                                    |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>11</b> |
| <b>CAPÍTULO 1: O DIREITO DE MANIFESTAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....</b>                                | <b>14</b> |
| 1.1. A condição jurídica da criança e do adolescente.....   | 14        |
| 1.2. Fundamentos do depoimento especial.....  | 16        |
| <b>CAPÍTULO 2: O CAMINHO ATÉ A PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 13.431/2017.....</b>                                   | <b>25</b> |
| 2.1. A experiência do Depoimento Especial na Argentina.....   | 25        |
| 2.2 A trajetória brasileira.....  | 30        |
| <b>CAPÍTULO 3: DEPOIMENTO ESPECIAL APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 13.431/2017.....</b>                            | <b>39</b> |
| 3.1. Características gerais.....  | 39        |
| 3.2 Procedimento.....   | 47        |
| <b>CAPÍTULO 4: APLICAÇÃO PRÁTICA DO DEPOIMENTO ESPECIAL.....</b>  | <b>55</b> |
| 4.1. A institucionalização da metodologia no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro..... | 55        |
| 4.2. Dificuldades na implementação da teoria.....   | 62        |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>   | <b>71</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>  | <b>73</b> |
| <b>ANEXO 01.....</b>  | <b>77</b> |
| <b>ANEXO 02.....</b>  | <b>79</b> |

## INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988, inspirada na Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959, foi inédita em relação ao tratamento conferido à população infanto-juvenil. Em seu artigo 227, o texto constitucional inaugurou, no ordenamento jurídico interno, a doutrina da proteção integral, fundada no tripé “liberdade-respeito-dignidade” (PEREIRA, 2008).<sup>1</sup> Trata-se do reconhecimento constitucional de crianças e adolescentes como sujeitos de direito em peculiar condição de desenvolvimento, justificando o atendimento prioritário de seus interesses e necessidades. Nesse sentido, tratou a Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e da Adolescência) de reafirmar que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-lhes todas as oportunidades e facilidades que proporcionem o seu desenvolvimento integral, em condições de liberdade e dignidade (art. 3º).

Ocorre que os altos índices de violência contra crianças e adolescentes demonstram um considerável hiato entre o desejo do legislador e a realidade social. Isso porque, apesar dos deveres de cuidado e de respeito impostos pela Constituição e pela legislação infraconstitucional, bem como pelo compromisso assumido internacionalmente pelo Brasil, com a ratificação da Convenção dos Direitos da Criança (Decreto nº 99.710/90), são recorrentes as violações a essas normativas. Nesse contexto, torna-se cada vez mais relevante o estudo sobre a participação de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência na perseguição empreendida contra seus agressores.

No entanto, o que se verificava na prática forense direcionada a esses menores era a reprodução do tratamento rígido, impessoal e inquisitório conferido aos adultos, desconsiderando totalmente seu nível de desenvolvimento e seu melhor interesse. Assim, o advento da doutrina da proteção integral impôs a necessidade de humanização do Sistema de Justiça brasileiro, após anos de práticas absolutamente inadequadas, submetendo sujeitos já fragilizados a procedimentos judiciais revitimizantes que os reduziam a meras fontes de prova em benefício da perseguição estatal.

---

<sup>1</sup> PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar**. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

Diante da ausência de regulamentação nacional específica sobre o tema, o Estado do Rio Grande do Sul recorreu às práticas internacionais, com ênfase na experiência argentina, na busca de metodologias não revitimizantes para a oitiva dessas vítimas e testemunhas. Em pouco tempo, o pioneirismo gaúcho na implementação do denominado Projeto Depoimento Sem Dano atraiu a atenção do meio jurídico, resultando na sua replicação em outras varas e comarcas antes mesmo da existência de previsão legal autorizativa.

Nesse sentido, importante pontuar que toda a produção legislativa em matéria de participação protegida de crianças e adolescentes foi impulsionada pela prática dos Tribunais do país. Com fundamento no direito de manifestação reconhecido aos menores de 18 anos, aliado à pretensão de maior efetividade processual, o procedimento assumiu proporções nacionais e atingiu seu auge com a promulgação da Lei nº 13.431/2017, que instituiu, oficialmente, o depoimento especial.

Em que pese a vigência da referida lei, é forçoso reconhecer que a prática impõe desafios ao alcance da finalidade para a qual foi criada. A escassez de recursos humanos e de infraestrutura, por exemplo, distanciam a teoria do cotidiano forense, demandando constante aprendizado, reorganização e adaptação da rede de atendimento e proteção.

Além disso, a abordagem interdisciplinar exigida pela complexidade do tema promoveu intensos debates com outras categorias profissionais, notadamente psicólogos e assistentes sociais. Nesse sentido, os Conselhos Federais das respectivas profissões manifestaram fortes ressalvas quanto à realização do procedimento e, principalmente, quanto à requisitada atuação de seus profissionais como técnicos facilitadores.

Diante do exposto, elegeu-se o depoimento especial como objeto do presente trabalho, cujo propósito é compreender os benefícios, os riscos e as dificuldades inerentes a essa metodologia de depoimento, que visa a não revitimização de jovens perante o Poder Judiciário. Para tanto, foram consultadas publicações compreendendo as áreas do Direito, da Sociologia, da Psicologia e do Serviço Social, assegurando a visão ampla, crítica e multifacetada que demandam as nuances inerentes ao tema.

Ponto central da análise consiste na ponderação entre dois mandamentos constitucionais ratificados pela CDC e pelo ECA. São eles: a proteção integral, justificada

pela vulnerabilidade que crianças e adolescentes experimentam nessa fase de amadurecimento físico, biológico e psíquico, e o respeito à autonomia que detêm para se manifestarem e terem suas opiniões consideradas em juízo. Soma-se a esse desafio, ainda, a pretensão estatal de assegurar a devida responsabilização dos agressores.

Para organizar a investigação acerca da questão proposta, o texto foi dividido em quatro capítulos. O primeiro esclarece a atual condição jurídica de crianças e adolescentes no Brasil, a fim de evidenciar o seu direito à participação protegida em processos judiciais de seu interesse e, mais especificamente, de prestarem depoimento como vítimas ou testemunhas de violência. A segunda parte expõe os marcos históricos que delinearam a trajetória de implementação do depoimento especial na Argentina e no Brasil, contribuindo para promulgação da Lei nº 13.431/2017. O terceiro bloco analisa as características gerais, bem como o procedimento estabelecido para a realização da diligência à luz das diretrizes fixadas pelo novo diploma. A última parte foca nos aspectos práticos da oitiva, incluindo a experiência da sua institucionalização no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e as dificuldades que obstam a plena eficácia das previsões legais em favor de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Ao longo do trabalho, revelou-se a impropriedade da premissa inicial, qual seja: a de que os interesses envolvidos (proteção, autonomia e responsabilização) seriam contraditórios. Foi constatado, em sentido oposto, que esses elementos são complementares e, simultaneamente, condicionantes. Sendo assim, impõe-se a descoberta e aplicação do ponto de equilíbrio entre a escuta, caracterizada pelo aspecto acolhedor, e a inquirição, fundada no intuito de produção probatória.

## **CAPÍTULO 1: O DIREITO DE MANIFESTAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

### **1.1. A condição jurídica da criança e do adolescente**

A Constituição de 1988 afastou a tradição patrimonialista do Direito, transferindo o indivíduo para o centro do ordenamento jurídico. Sob essa ótica, a dignidade da pessoa humana passou a ocupar a posição de maior destaque, dela derivando diversos outros princípios e regras que compartilham a mesma finalidade: proteger a condição humana em seus diversos aspectos e manifestações, assegurando ao indivíduo as condições essenciais ao seu desenvolvimento e realização<sup>2</sup>.

Especificamente durante a infância e a adolescência, os indivíduos possuem uma característica que os fragiliza em relação aos adultos: a vulnerabilidade decorrente do seu desenvolvimento físico e psicológico incompletos<sup>3</sup>. Por essa razão, justifica-se uma discriminação positiva, consistente na priorização do atendimento de seus interesses e necessidades.

Reconhecendo essa desigualdade fática, tratou o legislador constituinte de 1988 de registrar seu comprometimento com o alcance da igualdade material.

Segundo o Art. 227 da CRFB:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A leitura do dispositivo revela o reconhecimento dos menores de 18 anos como sujeitos de direito, bem como a instauração definitiva da doutrina da proteção integral no ordenamento jurídico pátrio. Andou bem o constituinte ao guiar-se pelo compromisso

---

<sup>2</sup> SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

<sup>3</sup> ZAPATA, Fabiana Botelho; FRASSETO, Flávio Américo; GOMES, Marcos Vinícius Manso Lopes. **Ponto a ponto: Direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2016.

assumido internacionalmente pelo Estado brasileiro com a ratificação da Convenção dos Direitos da Criança, por meio do Decreto nº 99.710/90.

Cumpra esclarecer que, apesar da nomenclatura, a doutrina da proteção integral não é de cunho assistencialista. Pelo contrário, busca estimular o desenvolvimento e exercício da autonomia dos jovens cidadãos. Ocorre que tal objetivo não é perseguido através da lógica adultocêntrica que ainda rege as relações sociais, mas sim respeitando o grau de discernimento e maturidade associados à sua faixa etária. E aqui repousa ponto central da questão: o necessário desafio de compatibilizar proteção e autonomia.

Nos termos de Lôbo<sup>4</sup>:

A fragilidade ou a vulnerabilidade de algumas pessoas é uma tentação ao exercício ilusório de poder de outras pessoas sobre elas [...] Essa é a realidade social que não pode ser desconsiderada pela lei. Esses Estatutos não podem ser tidos como paternalistas, mas como respostas normativas adequadas a essas situações merecedoras de proteção solidária e de tutela jurídica adequada.

Neste sentido, importante ressaltar que além de uma novidade, a doutrina da proteção integral representou uma quebra de paradigma em relação ao tratamento oferecido à infância e à juventude até então no país. Isto porque, na vigência das doutrinas do menor e da situação irregular, esse grupo era concebido como mero objeto de intervenção a ser disciplinado e corrigido pelo Estado, pela família e por entidades de assistência social. Apenas recentemente, com a difusão da doutrina da proteção integral, consolidou-se o tripé liberdade-respeito-dignidade como base do tratamento a ser dispensado a essa parcela da população.

No entanto, uma breve análise da realidade aponta o enorme distanciamento entre as previsões normativas que constituem o núcleo da proteção integral e o que se verifica na realidade. Ao passo que o ECA impõe a todos o dever de assegurar a dignidade da criança e do adolescente, “pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (art. 18), são frequentes e variadas as violações a que são submetidos esses vulneráveis.

Como bem pontuado por Virgens<sup>5</sup>, referindo-se ao cenário instalado no Estado do Rio de Janeiro:

---

<sup>4</sup> LÔBO, Paulo. **Direito Civil**: Famílias. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 38.

Vemos o debate sobre a infância e juventude ser pautado, principalmente em nosso Estado, pela discussão do aumento de atos infracionais atribuídos a adolescentes, e pouco se fala e discute sobre as crianças vítimas de violência, seja na família, seja nos espaços públicos.

Talvez porque não incomode a ninguém a criança que sofre silenciosamente a violência nos espaços onde deveria ser protegida, como a família, ou porque quando pede socorro não se garante devidamente o direito a ser ouvida e ter sua opinião considerada, um dos princípios fundantes da Convenção da ONU sobre Direitos da Criança de 1989, internalizada no Brasil em 1990 por meio do Decreto 99.710, ao lado do desenvolvimento e sobrevivência, não discriminação e interesse superior.

Assim, “é necessário refletirmos sobre o dever de [...] protegermos crianças e adolescentes, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, exploração, crueldade e opressão, como determina a Constituição”.<sup>6</sup>

Parte fundamental dessa reflexão é compreender que

Conceitualmente, a violência não pode ser entendida apenas como violação ou transgressão de normas, regras ou leis, mas sim como assimetria de uma relação hierárquica de desigualdade, com o objetivo de dominação, exploração e opressão, com impacto no silêncio e passividade do agredido.<sup>7</sup>

Considerando as inúmeras formas de violência que se inserem nesse conceito amplo, é necessário reconhecer os obstáculos que se impõem no combate a todas essas formas de opressão. Isto é, identificando as causas dessas violações é possível traçar planos de prevenção e reparação de danos, contribuindo para a consolidação, na prática, da doutrina da proteção integral.

## 1.2. Fundamentos do depoimento especial

Um estudo publicado pela UNICEF, em novembro de 2017, por exemplo, aponta que a cada quatro crianças entre dois a quatro anos ao redor do mundo, três são regularmente disciplinadas por meios violentos. A mesma pesquisa revela, ainda, que seis a cada dez são punidas fisicamente.<sup>8</sup> Além disso, um a cada três adolescentes entre 13 e 15 anos afirmam

<sup>5</sup> VIRGENS, Eufrásia Maria Souza das. **Precisamos falar da violência contra crianças e adolescentes**. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2017-jan-28/eufrasia-virgens-preciso-falar-violencia-criancas>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

<sup>6</sup> CHAUI, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CHAUI, Marilena; PAOLI, Maria Celia (Org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, n. 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 25.

<sup>7</sup> Ibid., p. 62.

<sup>8</sup> UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. **A Familiar Face: Violence in the lives of children and adolescents**. New York, UNICEF, 2017.



sofrer bullying na escola<sup>9</sup> (UNIVEF, 2017, p. 37). Por fim, a cada sete minutos, um adolescente ao redor do mundo seria morto por um ato de violência, estando particularmente vulneráveis a homicídios os jovens entre 15 e 19 anos.<sup>10</sup>

No Brasil, o Disque 100 é um canal de denúncias vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Trata-se de um mecanismo oficial de recebimento, análise e encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos envolvendo crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população LGBT ou em situação de rua, entre outros<sup>11</sup>. Dados do Ministério da Saúde/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) divulgados na página do Observatório da Criança e do Adolescente da Fundação Abrinq e atualizados em abril de 2019 revelam que, entre 2009 e 2017, houve um aumento consistente nas notificações de violência física, violência sexual, negligência e abandono de crianças e adolescentes<sup>12</sup> (anexo 1).

Ocorre que os registros acima não podem ser concebidos como um retrato fiel da realidade, pois existem inúmeros fatores que restringem as denúncias e dificultam as investigações que a seguem, conduzindo a um cenário de subnotificação e de perpetuação desses comportamentos como socialmente aceitáveis. A proximidade da vítima com seu agressor e deste com os demais familiares, o fato de as violações ocorrerem em ambientes privados e o sentimento de culpa instalado na vítima são apenas algumas das circunstâncias que tornam extremamente complexa a persecução do autor, que atinge um ponto crítico quando a única prova do evento é o depoimento da vítima.

Segundo o relatório apresentado na 61ª sessão da Assembleia Geral da ONU (pp.8-9)<sup>13</sup>, a violência contra crianças assume diversas formas e é influenciada por uma série de fatores,

<sup>9</sup> Ibid., p. 37.

<sup>10</sup> Ibid., p. 49.

<sup>11</sup> BRASIL. Ministério da Mulher, Família e Desenvolvimento Humano. Disque 100. Disponível em <<https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/disque-100>>. Acesso em: 14 set. 2019.

<sup>12</sup> OBSERVATÓRIO CRIANÇA. **1159 Casos notificados de violência sexual contra crianças e adolescentes**. Disponível em <<https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/violencia/1173-casos-notificados-de-violencia-fisica-contra-criancas-e-adolescentes?filters=1,819s://observatoriocrianca.org.br/cenario-mas/violencia/1159-casos-notificados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes?filters=1>> e em <<https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/violencia/1071-casos-notificados-de-negligencia-e-abandono-contra-criancas-e-adolescentes?filters=1,1678>>. Acesso em: 14 set. 2019.

<sup>13</sup> REPORT OF THE INDEPENDENT EXPERT FOR THE UNITED NATIONS STUDY ON VIOLENCE AGAINST CHILDREN. **United Nations General Assembly. Sixty-first session**. New York, 29 ago. 2006, p. 08-09: “25. Violence against children takes a variety of forms and is influenced by a wide range of factors, from the personal characteristics of the victim and perpetrator to their cultural and physical environments. However,

desde características pessoais da vítima e do autor até seu ambiente cultural e físico. No entanto, boa parte dessa violência permanece oculta por muitas razões. Uma é o medo: muitas crianças têm medo de denunciar incidentes de violência que tenham sofrido. Em muitos casos, os pais, que deveriam proteger seus filhos, permanecem calados se a violência é perpetrada pelo cônjuge ou outro membro da família, um membro mais poderoso da sociedade como um empregador, um policial ou um líder comunitário. O medo está intimamente relacionado ao estigma associado às denúncias de violência, notadamente em locais onde a honra familiar é colocada acima da segurança e bem-estar das crianças. Em especial, estupro e outras formas de violência sexual podem levar à exclusão social, a mais violência ou até à morte.

A aceitação social da violência também é um fator importante: tanto crianças quanto autores de violência podem aceitar violência física, sexual e psicológica como inevitável e normal. Disciplina por meio de punições físicas e humilhantes, bullying e assédio sexual são frequentemente percebidos como normais, especialmente quando não deixam nenhuma marca visível ou duradoura. A violência é invisível, também, porque não há meios seguros ou confiáveis para crianças ou adultos denunciarem. Em alguns lugares, as pessoas não confiam em policiais, servidores sociais ou outras autoridades; em outros, notadamente áreas rurais, não existe acesso a uma autoridade para a qual se possa denunciar. Em locais onde se coleta dados, nem sempre isso é feito de forma completa, consistente ou transparente. Em particular, existem poucas informações disponíveis sobre a violência dentro de instituições na maior parte do mundo, porque a maioria dessas instituições não é obrigada a divulgar essas informações – mesmo aos pais das crianças envolvidas.<sup>14</sup>

---

*much violence against children remains hidden for many reasons. One is fear: many children are afraid to report incidents of violence against them. In many cases parents, who should protect their children, remain silent if the violence is perpetrated by a spouse or other Family member, a more powerful member of society such as employer, a police officer, or a community leader. Fear is closely related to the stigma frequently attached to reporting violence, particularly in places where Family "honour" is placed above the safety and well-being of children. In particular, rape or other forms of sexual violence can lead to ostracism, further violence, or death".*

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 8-9: "25. Violence against children takes a variety of forms and is influenced by a wide range of factors, from the personal characteristics of the victim and perpetrator to their cultural and physical environments. However, much violence against children remains hidden for many reasons. One is fear: many children are afraid to report incidents of violence against them. In many cases parents, who should protect their children, remain silent if the violence is perpetrated by a spouse or other family member, a more powerful member of society such as an employer, a police officer, or a community leader. Fear is closely related to the stigma frequently attached to reporting violence, particularly in places where family "honour" is placed above the safety and well-being of children. In particular, rape or other forms of sexual violence can lead to ostracism, further violence, or death. 26. Societal acceptance of violence is also an important factor: both children and perpetrators may accept physical, sexual and psychological violence as inevitable and normal. Discipline through physical and humiliating punishment, bullying and sexual harassment are frequently perceived as normal, particularly when no "visible" or lasting physical injury results. [...] 27. Violence is also invisible

Nesse contexto, instala-se a reflexão acerca da possibilidade de participação de crianças e adolescentes em processos judiciais referentes a atos de violência dos quais tenham sido vítimas ou testemunhas, com fundamento basilar no artigo 12 da Convenção dos Direitos da Criança. Nos termos do documento:

1. Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando-se devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e maturidade da criança.
2. Com tal propósito, se proporcionará à criança, em particular, a oportunidade de ser ouvida em todo processo judicial ou administrativo que afete a mesma, quer diretamente quer por intermédio de um representante ou órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais da legislação nacional.

Ocorre que o dispositivo trouxe consigo grande controvérsia acerca da amplitude desse direito de manifestação, bem como dos meios que seriam adequados e viáveis à sua implementação. Neste sentido, o Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (*Committee on the Rights of the Child*) dedicou sua 51ª sessão, ocorrida em 2009, a elucidar o significado desse direito e apresentar diretrizes básicas para o seu cumprimento pelos países signatários.

Segundo o Comitê, o artigo ora tratado impõe aos Estados-parte a obrigação de reconhecer e assegurar às crianças o direito de expressarem suas opiniões, bem como de atribuir-lhes a devida relevância.<sup>15</sup> Ressaltou o grupo, ainda, que tratando-se de um direito e não de uma obrigação, a criança tem a faculdade de não exercê-lo, devendo ser-lhe

---

*because there are no safe or trusted ways for children or adults to report it. In some parts of the world, people do not trust police, social services or others in authority; in others, particularly rural areas, there is no accessible authority to which one can report.<sup>7</sup> Where data are collected they are not always recorded in a complete, consistent or transparent way. In particular, little data are available about violence within care and detention institutions in most parts of the world because, although incidents may be documented, most institutions are not required to register and disclose this information — even to the parents of the children concerned)*”

<sup>15</sup> COMMITTEE ON THE RIGHTS OF THE CHILD. *Convention on the rights of the Child. Committee on The Rights of the Child. Fifty-first session.* Geneva, 25 may-12 jun. 2009, p. 05-06: “Article 12 of the Convention establishes the right of every child to freely express her or his views, in all matters affecting her or him, and the subsequent right for those views to be given due weight, according to the child’s age and maturity. This right imposes a clear legal obligation on States parties to recognize this right and ensure its implementation by listening to the views of the child and according them due weight. This obligation requires that States parties, with respect to their particular judicial system, either directly guarantee this right, or adopt or revise laws so that this right can be fully enjoyed by the child”.

asseguradas todas as informações e orientações necessárias para tomar a decisão mais conveniente ao seu melhor interesse.<sup>16</sup>

Foi alertado, também, que a expressão “capacitada a formular seus próprios juízos” não pode produzir uma restrição fundada em presunção de incapacidade. Pelo contrário, significa que a criança é presumidamente capaz de manifestar suas percepções, enfatizando que o dispositivo não indica uma idade mínima, justamente para evitar limitações a esse direito.<sup>17</sup>

Por isso, devem os Estados reconhecer, inclusive, formas não verbais de comunicação, como brincadeiras, desenhos, expressões faciais e linguagem corporal, por meio dos quais a criança pode se expressar.<sup>18</sup> É fundamental, também, a adoção de mecanismos que possibilitem a participação de crianças com alguma dificuldade de comunicação, como uma deficiência que afete essa habilidade ou um idioma distinto, por exemplo.<sup>19</sup>

Explicou-se, ainda, não ser necessário que a criança compreenda todos os aspectos da questão que a afeta, bastando que ela tenha consciência suficiente para formar uma opinião sobre o assunto.<sup>20</sup>

Por outro lado, alerta que os Estados-parte devem estar cientes de potenciais consequências negativas advindas da prática inconsequente desse direito, particularmente

---

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 06.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 06-07: “20. States parties shall assure the right to be heard to every child “capable of forming his or her own views”. This phrase should not be seen as a limitation, but rather as an obligation for States parties to assess the capacity of the child to form an autonomous opinion to the greatest extent possible. This means that States parties cannot begin with the assumption that a child is incapable of expressing her or his own views. On the contrary, States parties should presume that a child has the capacity to form her or his own views and recognize that she or he has the right to express them; it is not up to the child to first prove her or his capacity. 21. The Committee emphasizes that article 12 imposes no age limit on the right of the child to express her or his views, and discourages States parties from introducing age limits either in law or in practice which would restrict the child’s right to be heard in all matters affecting her or him”.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 07: “Full implementation of article 12 requires recognition of, and respect for, non-verbal forms of communication including play, body language, facial expressions, and drawing and painting, through which very young children demonstrate understanding, choices and preferences”.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 07: “States parties are also under the obligation to ensure the implementation of this right for children experiencing difficulties in making their views heard. For instance, children with disabilities should be equipped with, and enabled to use, any mode of communication necessary to facilitate the expression of their views. Efforts must also be made to recognize the right to expression of views for minority, indigenous and migrant children and other children who do not speak the majority language”.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 07: “It is not necessary that the child has comprehensive knowledge of all aspects of the matter affecting her or him, but that she or he has sufficient understanding to be capable of appropriately forming her or his own views on the matter”.

entre crianças muito novas ou que tenham sido vítimas de violência, abuso sexual ou outras formas de maus-tratos, demandando sua especial proteção durante esse processo.<sup>21</sup> Nesse sentido, ressaltou que a criança deve ser ouvida o mínimo de vezes necessário, particularmente quanto a eventos dolorosos, uma vez que a oitiva é um processo difícil, que pode gerar impactos traumáticos.<sup>22</sup> Além disso, a criança não pode ser ouvida de forma eficaz em um ambiente intimidador, hostil ou inapropriado para sua idade, de modo que os procedimentos devem ser acessíveis, provendo informações compreensíveis, profissionais capacitados, entre outros.<sup>23</sup>

Enfatizou, ainda, que não há restrição quanto à espécie de processo judicial no qual a criança poderia ser ouvida, abrangendo questões como a separação dos pais, adoção, prática de atos infracionais, violência física ou psicológica e outros temas que digam respeito a elas.<sup>24</sup>

Por fim, destacou que a manipulação de crianças, induzindo-as a reproduzir um discurso ou expondo-as a algum perigo por meio de sua participação são práticas antiéticas e não podem ser entendidas como implementação do artigo 12 (p. 26).<sup>25</sup>

Diante das considerações do Comitê, revela-se plenamente aceitável a oitiva de crianças e adolescentes em processos judiciais nos quais sejam interessadas, desde que por meio de

---

<sup>21</sup> Ibid., p. 07: “Lastly, States parties must be aware of the potential negative consequences of an inconsiderate practice of this right, particularly in cases involving very Young children, or in instances where the child has been a victim of a criminal offence, sexual abuse, violence, or other forms of mistreatment. States parties must undertake all necessary measures to ensure that the right to be heard is exercised ensuring full protection of the child”.

<sup>22</sup> Ibid., p. 07: “24. The Committee emphasizes that a child should not be interviewed more often than necessary, in particular when harmful events are explored. The “hearing” of a child is a difficult process that can have a traumatic impact on the child”.

<sup>23</sup> Ibid., p. 09: “34. A child cannot be heard effectively where the environment is intimidating, hostile, insensitive or inappropriate for her or his age. Proceedings must be both accessible and child-appropriate. Particular attention needs to be paid to the provision and delivery of child-friendly information, adequate support for self-advocacy, appropriately trained staff, design of court rooms, clothing of judges and lawyers, sight screens, and separate waiting rooms”.

<sup>24</sup> Ibid., p. 09: “32. Article 12, paragraph 2, specifies that opportunities to be heard have to be provided in particular “in any judicial and administrative proceedings affecting the child”. The Committee emphasizes that this provision applies to all relevant judicial proceedings affecting the child, without limitation, including, for example, separation of parents, custody, care and adoption, children in conflict with the law, child victims of physical or psychological violence, sexual abuse or other crimes, health care, social security, unaccompanied children, asylum-seeking and refugee children, and victims of armed conflict and other emergencies”.

<sup>25</sup> Ibid., p. 26: “It emphasizes that adult manipulation of children, placing children in situations where they are told what they can say, or exposing children to risk of harm through participation are not ethical practices and cannot be understood as implementing article 12”.

procedimentos adaptados ao seu nível de desenvolvimento e ressalvado o seu direito de não participar, caso não deseje. Segundo Cruz (2016)<sup>26</sup>:

Negar esse direito é, de certa forma, negar que são pessoas iguais a nós. Isso não significa tratarmos a elas como adultas. O certo é deixarmos para trás o entendimento de que crianças são “pequenos adultos” ou que nada sabem pela sua idade, para considerá-las pessoas que sabem o tanto que a sua idade permite, e que tem a capacidade de entender o mundo ao seu redor e fazer escolhas”.

Especificamente em relação à criança vítima ou testemunha de crimes, acresce a todo arcabouço normativo explorado acima a Resolução nº 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOG *Resolution 2005/20*): “*Guidelines on Justice in Matters involving Child Victims and Witnesses of Crime*”. No documento, constam diretrizes para orientar o tratamento desses sujeitos, sempre tendo em vista os princípios da dignidade, da não discriminação, do melhor interesse da criança, da proteção, do desenvolvimento adequado e do direito à participação (p. 05)<sup>27</sup>.

Segundo a Resolução, o direito de manifestação de vítimas e testemunhas corresponde a um dever dos profissionais no sentido de assegurarem o exercício dessa prerrogativa. Isso inclui consultar esses jovens quanto a questões relevantes do processo, informá-los sobre seus direitos e sobre as medidas protetivas cabíveis. Abarca, também, garantir que possam expressar livremente e à sua maneira as próprias visões e preocupações acerca da participação no Sistema de Justiça, as preocupações quanto a sua segurança em relação ao acusado, sua preferência quanto à forma de testemunhar e seus sentimentos quanto à conclusão do processo. Abrange, ainda, o compromisso de atribuir a devida relevância a suas opiniões e preocupações e, caso não seja possível, explicar-lhes o porquê (p. 07).<sup>28</sup>

<sup>26</sup> CRUZ, Elisa. **Defensoria deve impor o respeito aos direitos de crianças e adolescentes**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-jan-14/elisa-cruz-defensoria-impor-respeito-aos-direitos-infantis>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

<sup>27</sup> UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. **ECOSOG Resolution 2005/20: Guidelines on Justice in Matters involving Child Victims and Witnesses of Crime**. Disponível <<https://www.un.org/en/ecosoc/docs/2005/resolution%202005-20.pdf>>. Acesso em 11 set. 2019.

<sup>28</sup> Ibid., p. 07: “VIII. *The right to be heard and to express views and concerns* 21. *Professionals should make every effort to enable child victims and witnesses to express their views and concerns related to their involvement in the justice process, including by: (a) Ensuring that child victims and where appropriate witnesses are consulted on the matters set forth in paragraph 19 above; (b) Ensuring that child victims and witnesses are enabled to express freely and in their own manner their views and concerns regarding their involvement in the justice process, their concerns regarding safety in relation to the accused, the manner in which they prefer to provide testimony and their feelings about the conclusions of the process; (c) Giving due regard to the child's views and concerns and, if they are unable to accommodate them, explain the reasons to the child*”.



Além disso, a participação no processo favorece o empoderamento de crianças e adolescentes afetadas por eventos traumáticos, pois a percepção de que seu relato e opiniões são relevantes auxilia a restauração de sua autoestima e de sua autoconfiança temporariamente abaladas. Noutro giro, negar a sua cooperação pode reforçar os efeitos da violência experimentada. Nas palavras de Dobke<sup>29</sup>

A atitude do inquiridor em dispensar o relato da vítima demonstra, inequivocamente, um bem intencionado senso de proteção. Mas essa medida, aparentemente protetora, de não falar sobre a experiência do abuso sexual, frequentemente transmite uma mensagem muito diferente para a criança. Ao assim agir, está o inquiridor negando a experiência da vítima e, com isso, a própria criança, o que é por ela percebido. E, ao deixar de examinar a experiência, por razões protetoras, os operadores do direito reforçam a experiência do abuso como síntese do segredo.

Além disso, já foi exposto que grande parte das violências cometidas em face de crianças e adolescentes permanece impune, seja por medo, por aceitação social ou pela ausência de indícios que corroborem a denúncia. Ocorre que a falta de responsabilização dos agressores contribui para a naturalização dessas condutas, alimentando um ciclo de violações. Nesse sentido, a oitiva dessas vítimas ou testemunhas pode ser uma ferramenta valiosa para assegurar o êxito da persecução empreendida pelo estado, principalmente quando o relato representa a única prova disponível. Por conseguinte, é fundamental encorajar crianças e adolescentes a assumirem uma postura ativa diante de acontecimentos dessa espécie.

Em relação a esse ponto, é imprescindível esclarecer que não se pretende, aqui, compactuar com o punitivismo desenfreado do Estado. Primeiro, porque não se considera o meio mais adequado a solucionar questões derivadas de opressões históricas que perpassam as relações sociais. Segundo, porque essa tendência implica um contrassenso com a própria finalidade não revitimizante da oitiva, uma vez que o desejo de obter a condenação a qualquer custo significa, em regra, desprezar o bem-estar do depoente, que passa a ocupar uma posição instrumental de mera fonte de provas.

Ademais, o emprego de abordagem adequada por profissionais especializados viabiliza o melhor acesso a registros de memória de forma ampla. Deste modo, pode acarretar a confirmação do fato noticiado, tanto quanto pode identificar denúncias que não

---

<sup>29</sup> DOBKE, V. **Abuso sexual: a inquirição das crianças – uma abordagem interdisciplinar**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001, p. 61.

correspondem à realidade, evitando julgamentos injustos. Santos, Viana e Gonçalves (2017, pp. 358-359)<sup>30</sup> esclarecem, ainda, que

O impacto da absolvição do réu em uma criança abusada sexualmente é devastador e não pode ser subestimado, pois a não condenação pode representar a condenação de um dos maiores medos das vítimas de abuso sexual: o de não serem acreditadas. A absolvição do réu também pode reproduzir os sentimentos experienciados durante o abuso, nos casos em que o autor da violência tenha utilizado como ameaça a falta de credibilidade da criança e a rejeição materna para forçar o silêncio. Desse modo, as previsões do autor da violência tornam-se reais, reforçando a ideia de que a criança não deveria ter revelado os fatos ocorridos.

Portanto, em que pese a ressalva previamente expressa, não se pode desmerecer o propósito processual de busca pela verdade real.

Diante do exposto, tem se tornado cada vez mais expressiva a busca por meios de atenuar os efeitos nocivos que a participação em um processo judicial pode causar em sujeitos duplamente vulneráveis: pelo seu desenvolvimento incompleto e pelo ato de violência que vivenciaram. Assim, as metodologias geradas ao longo das últimas três décadas resultaram de um contexto de alto índice de violência sexual contra crianças e adolescentes, aliado a uma intensa mobilização social favorável ao enfrentamento de todas as formas de violência infanto-juvenil<sup>31</sup>.

Uma das principais inovações nesse sentido foi o surgimento do depoimento especial, recentemente incorporado à legislação pátria por meio de Lei nº 13.431 de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

---

<sup>30</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos, et al. **Crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual: metodologias para tomada de depoimento especial**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017, p. 25.

<sup>31</sup> Ibid., p. 25.



## CAPÍTULO 2: O CAMINHO ATÉ A PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 13.431/2017

### 2.1. A experiência do Depoimento Especial na Argentina

Em matéria de depoimento especial, o Brasil teve como inspiração a experiência da Argentina. Neste país, atribui-se à Lei Federal nº 25.852, promulgada em 04 de dezembro de 2003 e sancionada em 06 de janeiro de 2004, o marco inicial da implantação de metodologia própria para a entrevista forense de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Apesar de federal, a referida lei só podia ser aplicada na Província de Buenos Aires e na Cidade Autônoma de Buenos Aires (que tem status de província), razão pela qual foi o primeiro local a concretizar a novidade. No entanto, o propósito da experiência era a proteção de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência, inclusive institucional, à luz da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, da qual a Argentina é signatária. Por isso, se esperava que a aplicação da norma se expandisse por todo o território.<sup>32</sup> Como previsto, a adoção de medidas no mesmo sentido foi ocorrendo de forma gradual no âmbito das outras 22 províncias argentinas, que incorporaram o procedimento a seus respectivos Códigos Penais conforme suas peculiaridades e demandas.<sup>33</sup>

O referido diploma promoveu uma verdadeira reforma ao incluir no Código de Processo Penal argentino os artigos 250 *bis* e 250 *ter*, fixando os procedimentos especiais voltados à oitiva de jovens vítimas e/ou testemunhas.<sup>34</sup> Antes dela, não havia qualquer tipo de

<sup>32</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos; GONÇALVES, Itamar Batista. **Depoimento sem Medo (?). Culturas e Práticas Não-Revitimizantes. Uma Cartografia das Experiências de Tomada de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes**. 1. ed. São Paulo: Childhood Brasil, 2008, p. 61.

<sup>33</sup> Ibid., p. 174-175.

<sup>34</sup> Original: Art. 250 Bis. - Cuando se trate de víctimas de los delitos tipificados en el Código Penal, libro II, título I, capítulo II, y título III, que a la fecha en que se requiriera su comparecencia no hayan cumplido los 16 años de edad se seguirá el siguiente procedimiento: a) Los menores aludidos sólo serán entrevistados por un psicólogo especialista en niños y/o adolescentes designado por el tribunal que ordene la medida, no pudiendo en ningún caso ser interrogados en forma directa por dicho tribunal o las partes; b) El acto se llevará a cabo en un gabinete acondicionado con los implementos adecuados a la edad y etapa evolutiva del menor; c) En el plazo que el tribunal disponga, el profesional actuante elevará un informe detallado con las conclusiones a las que arriban; d) A pedido de parte o si el tribunal lo dispusiera de oficio, las alternativas del acto podrán ser seguidas desde el exterior del recinto a través de vidrio espejado, micrófono, equipo de video o cualquier otro medio técnico con que se cuente. En ese caso, previo a la iniciación del acto el tribunal hará saber al profesional a cargo de la entrevista las inquietudes propuestas por las partes, así como las que surgieren durante el transcurso del acto, las que serán canalizadas teniendo en cuenta las características del hecho y el estado emocional del menor. Cuando se trate de actos de reconocimiento de lugares y/o cosas, el menor será acompañado por el profesional que designe el tribunal no pudiendo en ningún caso estar presente el imputado. (Artículo incorporado por art. 1º

regulamentação específica para a oitiva desse grupo, menos ainda que garantisse a produção de provas dessa espécie por meio de videograções realizadas no âmbito de processos judiciais.<sup>35</sup>

A inovação, elaborada pelo juiz Carlos A. Rozanski, excluiu qualquer tipo de interrogatório em âmbito administrativo (delegacias de polícia, escolas, etc), assegurando que a oitiva fosse realizada nas instâncias de um tribunal ou nas sedes do Ministério Público Fiscal. Além disso, introduziu a obrigatoriedade do uso da Câmara Gesell e da videogração da entrevista forense a ser conduzida por psicólogo infantil capacitado em psicologia evolutiva, a fim de evitar a revitimização desses sujeitos vulneráveis durante o trâmite processual.<sup>36</sup>

Com a inovação, a Argentina se tornou o país pioneiro, na América do Sul, a realizar os depoimentos com crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência na denominada Câmara Gesell, nomeada em homenagem a seu criador, Arnold Gesell. Trata-se de um ambiente dividido em duas salas por um espelho unidirecional. De uma delas é possível visualizar o que se passa na outra, onde ocorre a entrevista, sem que os entrevistados consigam perceber seus espectadores<sup>37</sup>.

Inicialmente desenvolvida para práticas terapêuticas com crianças e adolescentes e utilizada com essa finalidade desde 1990, passou a ser o principal dispositivo utilizado para a coleta do testemunho de jovens vítimas e/ou testemunhas de violência na Argentina, influenciando os demais países da América do Sul e Central<sup>38</sup>. Em regra, é instalada na sede de um tribunal, seja no Ministério Público Fiscal ou no Setor Interdisciplinar ou Médico Forense do Poder Judiciário. A província de San Juan foi a única que optou pela instalação na sede do Ministério de Desenvolvimento Social, a cargo do Poder Executivo.<sup>39</sup>

---

*de la Ley N° 25.852 B.O. 8/1/2004*). Art. 250 Ter. - Cuando se trate de víctimas previstas en el artículo 250 bis, que a la fecha de ser requerida su comparecencia hayan cumplido 16 años de edad y no hubieren cumplido los 18 años, el tribunal previo a la recepción del testimonio, requerirá informe de especialista acerca de la existencia de riesgo para la salud psicofísica del menor en caso de comparecer ante los estrados. En caso afirmativo, se procederá de acuerdo a lo dispuesto en el artículo 250 bis.

<sup>35</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos, et al. **Crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual: metodologias para tomada de depoimento especial**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017, p. 172.

<sup>36</sup> Ibid., p. 172-173.

<sup>37</sup> Ibid., p. 171.

<sup>38</sup> ROCHA, Maria Isabel de Matos. “Depoimento Especial” de crianças e adolescentes vítimas de violência: a experiência no Mato Grosso do Sul. **Revista IBDFAM – Família e Sucessões**, Belo Horizonte, 2017, p. 05.

<sup>39</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos, et al. Op. cit., p. 176.

O procedimento adotado é similar ao brasileiro, mas com algumas distinções importantes. Na Argentina, os jovens depoentes chegam à sede do tribunal acompanhados por um responsável e são recebidos pelo psicólogo incumbido da realização da entrevista, que os leva até a Câmara Gesell e presta todos os esclarecimentos necessários aos presentes. Na sala onde ocorre a oitiva, é comum que haja apenas uma mesa e uma cadeira, embora possa haver, também, uma estante com brinquedos ou bonecos anatômicos.<sup>40</sup>

Enquanto isso, os demais envolvidos no processo (o promotor fiscal, o defensor de crianças e adolescentes, o defensor do imputado e, ocasionalmente, um juiz) se posicionam do outro lado do espelho, de onde acompanham a entrevista e podem, em um momento específico, interagir no procedimento. A participação desses atores tem como objetivo assegurar as garantias processuais constitucionais do contraditório e da ampla defesa.<sup>41</sup>

Em linguagem compatível com a faixa etária do depoente, o psicólogo explica as fases da entrevista e informa a presença dos espectadores, bem como a videogravação da conversa, indicando a localização dos equipamentos. Ao longo da entrevista, o profissional atua como facilitador do depoimento, tendo autonomia para empregar as estratégias que julgar mais adequadas a fim de diminuir os sentimentos de angústia e de ansiedade do entrevistado. Para isso, deve empregar tom de voz tranquilo e considerar peculiaridades culturais e nível de desenvolvimento evolutivo da criança durante a interação com ela<sup>42</sup>.

A primeira abordagem do psicólogo tem como objetivo verificar a capacidade da criança para manifestar, livremente, as razões pelas quais deseja participar, destacando-se que a família não está presente nesse momento. Em seguida, com as outras partes já em seus respectivos lugares na sala ao lado, inicia-se o procedimento investigativo<sup>43</sup>. As perguntas iniciais costumam ser abertas e vão se aprofundando até chegarem aos fatos concretos, visando à validação (ou não) das suspeitas averiguadas.<sup>44</sup>

---

<sup>40</sup> Ibid., p. 178.

<sup>41</sup> Ibid., p. 181.

<sup>42</sup> Ibid., p. 179.

<sup>43</sup> Ibid., p. 178-179.

<sup>44</sup> Ibid., p. 179.

Normalmente, o psicólogo não mantém uma conexão de áudio com o ambiente dos participantes judiciais. Deste modo, a comunicação pressupõe o seu deslocamento, razão pela qual interrompe a entrevista duas ou três vezes para se dirigir à sala de audiências e verificar se existe a demanda por informações complementares. Além disso, a entrevista é conduzida de forma pausada para que os participantes adicionais possam formular as perguntas que julgarem necessárias para esclarecer os fatos<sup>45</sup>.

Sendo feitos questionamentos adicionais, deve o perito reformulá-los, quando necessário para garantir a compreensão pela criança ou adolescente.<sup>46</sup> Finalmente, quando esclarecidas todas as dúvidas das partes (defensores e promotor de justiça/fiscal), a entrevista é encerrada e solicita-se a presença de um familiar acompanhante para que sejam realizados os encaminhamentos eventualmente necessários, como acompanhamento psicológico.<sup>47</sup>

O registro do depoimento é armazenado em formato digital e também em VHS, pois este último possui maior durabilidade e proporciona maior confiabilidade, uma vez que é mais difícil adulterá-lo. Uma cópia é anexada ao processo e fica sob os cuidados do Ministério Público, na sede do Poder Judiciário. Se o caso for a julgamento oral, o promotor fiscal é legalmente incumbido de apresentar as provas ao tribunal oral responsável.

Cumprir destacar que o sistema processual argentino possui, como vantagem, a produção probatória ainda no início do processo, com a judicialização das provas durante a instrução. Sendo assim, em regra, a criança ou adolescente vítima e/ou testemunha presta seu depoimento na fase inicial da investigação, tornando-se desnecessária a posterior repetição da prova testemunhal em juízo.<sup>48</sup> Além disso, o Código de Processo Penal da Província de Buenos Aires assegura, em seu art. 274, a “antecipação extraordinária de prova” para os casos de prova testemunhal. Uma vez registrada e judicializada, o Promotor apresenta a prova ao Tribunal Oral, composto por três juízes que decidem entre o arquivamento do processo ou o início da fase judicial, que pode levar meses ou anos até a sua resolução definitiva.<sup>49</sup>

---

<sup>45</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Op. cit., p. 180-182.

<sup>46</sup> Ibid., p. 180-182.

<sup>47</sup> Ibid., p. 63-64.

<sup>48</sup> Ibid., p. 63.

<sup>49</sup> Ibid., p. 177.

Em caso de violência sexual contra crianças e adolescentes, é possível sintetizar o procedimento da seguinte forma<sup>50</sup>:

O processo penal argentino para casos de violência sexual contra a criança e o adolescente prevê a idéia do juizado de instrução, instrumento destinado à apuração das infrações penais sob a presidência de um juiz, o chamado “juiz de garantia”. Nesse caso, o promotor que compõe o poder judicial e, portanto, possui autoridade como fiscal da instrução, é o responsável por colher todos os elementos probatórios para a instrução penal. Cabe à polícia as funções de colaborar na investigação, prevenir e reprimir o delito imediatamente. Esse modelo de justiça ganha ênfase no que diz respeito à proteção da vítima porque nele não ocorre a repetição das provas, hoje verificada no sistema processual penal brasileiro, que preserva, como regra, uma investigação preliminar sem valor probatório, ou seja, o inquérito policial.

No que diz respeito à qualificação profissional do técnico facilitador, a lei exige que seja ele um psicólogo. Além disso, para que esteja habilitado a executar a função como perito judicial, é imprescindível que possua conhecimentos básicos em Psicologia Jurídica e Técnicas de Exploração Cognitivas/Investigativa.<sup>51</sup> Contudo, não existe um programa nacional e nem programas locais contínuos voltados à formação específica para a colheita de depoimento de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência. Deste modo, a capacitação para realização do procedimento ocorre ocasionalmente e sob demanda.<sup>52</sup> Porém, já se verifica

a inclusão de tópicos sobre prova testemunhal ou crimes contra a integridade sexual de crianças e adolescentes nos planos de capacitação e outros cursos pontuais nas escolas de capacitação judicial, órgãos dependentes da corte de justiça presente nas 23 províncias argentinas e na Cidade Autônoma de Buenos Aires.<sup>53</sup>

Apesar de louvável o avanço acima é necessário reconhecer que a formação específica de psicólogos para a realização do procedimento é aspecto merecedor de maior atenção, uma vez que a prática corrente tem demonstrado a relação direta entre a participação de profissionais capacitados sobre a temática e a maior consistência do relato dos entrevistados.<sup>54</sup>

Por fim, é importante esclarecer que mesmo com a disseminação da metodologia especial, a prática ainda não é generalizada no país. Ocorre, efetivamente, na Cidade Autônoma de Buenos Aires e está em progresso em algumas outras províncias e jurisdições.

---

<sup>50</sup> Ibid., p. 61-62.

<sup>51</sup> Ibid., p. 63

<sup>52</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Op. cit., 2017, p. 182-183.

<sup>53</sup> Ibid., p. 183.

<sup>54</sup> Ibid., p. 182-183.

Ainda assim, o período decorrido desde a instalação das Câmaras Gesell com essa finalidade até hoje ainda não é suficiente para analisar seus resultados em diversos aspectos.<sup>55</sup>

## **2.2. A trajetória brasileira**

No rito consagrado na tradição processual brasileira, a criança vítima ou testemunha de violência era intimada, por meio de seu representante legal, a comparecer à audiência. Ao chegar ao foro na data e horário designados, aguardava o pregão para ingressar na sala de audiências, onde se encontravam o juiz, um servidor, o promotor de justiça, o advogado do réu e, eventualmente, o próprio réu. Nesse ambiente, a criança prestava seu depoimento e recebia perguntas diretas dos operadores do direito sobre a acusação, devendo também responder diretamente. Ao final, era dispensada para se retirar, cessando aí a intervenção do sistema de justiça no sentido de proporcionar à criança o exercício do direito de manifestar-se em juízo.<sup>56</sup>

Importante ressaltar que a legislação processual em nada diferenciava o procedimento acima de um depoimento realizado em caso de furto, por exemplo, no qual apenas o patrimônio restou comprometido. Além disso, não havia diferença em relação ao tratamento oferecido aos adultos. Embora seja indiscutível a discrepância das situações, o Código de Processo Penal tratava todas da mesma forma, “desconsiderando por completo que crianças e adolescentes são seres em estágio de desenvolvimento e que, por isso, devem, com absoluta prioridade, receber tratamento mais adequado às suas vivências e realidades”.<sup>57</sup>

Basta uma breve análise para concluir que o cenário descrito confrontava diretamente todo o arcabouço normativo explorado no capítulo um, que impõe o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito e pessoas em peculiar condição de desenvolvimento, justificando o exercício de sua autonomia sob especial proteção. Além disso, a praxe de inquiri-los da mesma forma que adultos provocava elevado estresse aos depoentes, bem como desconforto aos próprios magistrados e demais operadores do direito, incapacitados para lidar com as emoções infanto-juvenis e conduzir o procedimento adequadamente.

---

<sup>55</sup> Ibid., p. 186-187.

<sup>56</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos; et al. Op. cit., 2014, p. 261.

<sup>57</sup> Ibid., p. 259.

Vivenciando esse contexto diariamente, o desembargador José Antônio Daltoé Cezar – à época, juiz titular do 2º Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre – percebeu a necessidade de promover alterações no procedimento até então vigente. Conforme relatado pelo próprio desembargador:

Em 2003, quando eu estava aqui em POA, na Vara da Infância, eu ouvi uma menina pequena, cerca de seis, sete anos, que tinha sido abusada por um adolescente. Depois daquele depoimento eu disse para mim mesmo, nunca mais vou fazer dessa forma, precisamos arranjar uma alternativa de mudar isso. E era uma época em que começaram a surgir essas câmeras de segurança para as casas e pensei que poderíamos utilizar essa ferramenta.<sup>58</sup>

Desde então, comprometeu-se a implementar um modelo alinhado às mudanças paradigmáticas que culminaram na doutrina da proteção integral. Assim, adotou como principal referência normativa o art. 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança<sup>59</sup> para deslocar o foco do procedimento e tornar prioridade o respeito à dignidade dos entrevistados, com especial atenção ao seu estágio de desenvolvimento, em detrimento da busca pela verdade real, que tratava crianças e adolescentes como meros objetos de prova.

Verifica-se, portanto, que o ponto de partida para a implementação de uma metodologia diferenciada para a produção de prova testemunhal envolvendo crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência, no Brasil, foi o próprio desconhecimento dos profissionais da área quanto a técnicas eficazes para a colheita de depoimento infantil. Por isso, foi necessário buscar referências em outros países que já tivessem passado por essa reforma. Conforme exposto no tópico anterior, especial atenção foi conferida à experiência da Argentina na aplicação de conhecimentos relacionados à psicologia cognitiva às entrevistas forense.<sup>60</sup>

---

<sup>58</sup> TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA. **Depoimento especial, criado no RS, agora é lei em todo Brasil**. Disponível em <<https://www.tjrr.jus.br/cij/index.php/noticias/552-depoimento-especial-criado-no-rs-agora-e-lei-em-todo-o-brasil>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

<sup>59</sup> Artigo 12: 1. Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando-se devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e maturidade da criança. 2. Com tal propósito, se proporcionará à criança, em particular, a oportunidade de ser ouvida em todo processo judicial ou administrativo que afete a mesma, quer diretamente quer por intermédio de um representante ou órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais da legislação nacional.

<sup>60</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Op. cit., 2017, p. 189.

Em 2003, o 2º Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre, por iniciativa do magistrado José Antônio Daltoé Cezar, começou a realizar depoimentos experimentais utilizando a metodologia não-revitimizante com o auxílio de profissionais especializados e uso de CCTV (Circuito Interno de Televisão, do inglês: *Closed-Circuit Television*). No ano seguinte, o Corregedor-Geral da Justiça em exercício na época, desembargador Aristides Pedroso de Albuquerque Neto, assistiu à audiência diferenciada e aprovou o projeto, providenciando a aquisição de equipamentos para os dez Juizados Regionais da Infância e Juventude.<sup>61</sup>

A experiência desenvolvida na vara tinha como principais metas afastar crianças e adolescentes do ambiente formal e intimidador da sala de audiências, impedir o contato da vítima com o suposto agressor e evitar a repetição desnecessária do relato por meio da videogravação da entrevista. Deste modo, procedeu-se à aplicação de uma metodologia especial, com o emprego de estratégias facilitadoras da tomada de depoimento, com respaldo na psicologia cognitiva, por profissionais do quadro de funcionários do Tribunal de Justiça, notadamente assistentes sociais e psicólogos.<sup>62</sup> Atribuiu-se, naquele momento, importância jamais antes vista à integração entre os conhecimentos das áreas jurídica, social e da saúde.

Com a valorização da interdisciplinariedade, o que se observou foram resultados consideráveis para a não revitimização, para a menor ocorrência de prescrição e para o aumento da responsabilização dos agressores.<sup>63</sup> À medida que sua eficácia se revelava, o projeto foi tomando maiores proporções e, diante da demanda dos próprios magistrados em especializar o atendimento a crianças e adolescentes, notadamente as vítimas de abuso sexual, o Depoimento sem Dano se expandiu para diversas comarcas do interior do estado, assim como outras unidades da federação.<sup>64</sup>

Segundo Cartografia Nacional elaborada pela Childhood Brasil, até o ano de 2006, a prática se restringia a municípios do Rio Grande do Sul. Contudo, a partir daí, a ascensão do projeto (que continuava angariando adesões no RS) se expandiu a outros estados, entre eles:

---

<sup>61</sup> TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA. Op. cit.

<sup>62</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Op. cit., p. 193.

<sup>63</sup> Ibid. p. 188.

<sup>64</sup> Ibid., p. 187-90.



Goiás (Goiânia), Espírito Santo (Serra), Pará (Abaetetuba), Paraná (Curitiba) e Rio Grande do Norte (Natal).<sup>65</sup>

A enorme repercussão gerada impôs ao Congresso Nacional o reconhecimento da necessidade de modernização dos códigos processuais incompatíveis com a doutrina da proteção integral e com o melhor interesse da criança. Em outras palavras, tornou-se insustentável a inércia legislativa diante dos direitos da criança e do adolescente consagrados na Constituição de 1988, na Convenção dos Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente.<sup>66</sup>

Diante do cenário delineado, a prática gaúcha foi tomada como referência para a elaboração do Projeto de Lei nº 7.524/2006, aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados e convertido em PL nº 35/2007 ao chegar ao Senado. Contudo, o projeto foi arquivado devido à aprovação do Projeto de Lei nº 156/2009, referente à reforma do Código de Processo Penal, já em trâmite na mesma casa legislativa, e que passou a incorporar a matéria da oitiva de crianças em sistemas processuais tratada no Projeto prejudicado.<sup>67</sup>

Em 2008, a influência da metodologia finalmente resultou em um grande progresso na esfera legislativa em âmbito federal, com a promulgação da Lei nº 11.690, de 9 de junho de 2008. Tal diploma alterou os artigos 156, I e 217, *caput*, do Código de Processo Penal, que passaram a vigorar com as seguintes redações:

Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício:

I – ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida  
[...]

Art. 217. Se o juiz verificar que a presença do réu poderá causar humilhação, temor, ou sério constrangimento à testemunha ou ao ofendido, de modo que prejudique a verdade do depoimento, fará a inquirição por videoconferência e, somente na impossibilidade dessa forma, determinará a retirada do réu, prosseguindo na inquirição, com a presença do seu defensor.

---

<sup>65</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Cartografia nacional das experiências alternativas de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes em processos judiciais no Brasil: o estado da arte**. São Paulo: Editora da Universidade Católica de Brasília, 2013, p. 53-54.

<sup>66</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Op. cit., 2017, p. 208-209.

<sup>67</sup> Ibid., p. 209.

Antes disso, era necessário que as partes manifestassem sua concordância para a gravação do procedimento. Assim, as previsões de produção antecipada de provas e do uso da videoconferência foram de grande importância, porque apresentaram alternativas diante da omissão do legislador quanto ao registro específico do relato de crianças e adolescentes.<sup>68</sup> Ambas representaram um primeiro passo na legitimação do modelo de entrevista que já vinha crescendo independentemente de previsão legal.

No entanto, como ainda não havia um dispositivo que autorizasse, expressamente, a condução da audiência por um profissional facilitador, buscou-se respaldo legal para a participação de psicólogos e assistente sociais no art. 151 do ECA<sup>69</sup>, *in verbis*:

Art. 151. Compete à equipe interprofissional dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

Em sequência, a Lei nº 12.010/2009 incluiu, no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 100, parágrafo único, XII, o princípio da oitiva obrigatória e participação, que assegura a crianças e adolescentes o direito de se manifestarem e de terem suas opiniões devidamente consideradas, nos seguintes termos:

Art. 100, parágrafo único, XII. Oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei.

Atento aos avanços normativos e prestigiando a prática que vinha se disseminando por iniciativa dos próprios Tribunais, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 33, de 23 de novembro de 2010. Diante da inexistência de autorização legal que isentasse crianças e adolescentes de serem ouvidos pelo rito processual tradicional, o CNJ recorreu aos artigos 227 da Constituição da República, 12 da Convenção dos Direitos da Criança, 28 § 1º e 100, parágrafo único, XII do Estatuto da criança e do Adolescente como fundamentos de validade.

---

<sup>68</sup> Ibid., p. 190.

<sup>69</sup> Ibid., p. 209.

O referido documento tinha como objetivo recomendar aos Tribunais de Justiça a criação de serviços especializados para a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais, tendo como base as diretrizes fixadas pelo próprio CNJ. São elas:

- I – A implantação do sistema de depoimento videogravado para crianças e adolescentes. Esse depoimento deverá ser realizado em ambiente separado da sala de audiências, com a participação de profissional especializado para atuar nessa prática;
  - a) os sistemas de videogravação deverão, preferencialmente, ser assegurados com a instalação de equipamentos eletrônicos: de tela de imagem, de painel remoto de controle, de mesa de gravação em CD e em DVD para registro de áudio e de imagem, de cabeamento, de controle manual para zoom, de ar-condicionado para manutenção dos equipamentos eletrônicos.
  - Deverá, ainda, haver apoio técnico qualificado para uso dos equipamentos tecnológicos instalados nas salas de audiência e de depoimento especial;
  - b) o ambiente deverá ser adequado ao depoimento da criança e do adolescente, assegurando-lhes segurança, privacidade, conforto e condições de acolhimento.
- II – Os participantes de escuta judicial deverão ser especificamente capacitados para o emprego da técnica do depoimento especial, usando os princípios básicos da entrevista cognitiva.
- III - O acolhimento deve contemplar o esclarecimento, à criança ou ao adolescente, a respeito do motivo e do efeito de sua participação no depoimento especial, com ênfase à sua condição de sujeito em desenvolvimento e do consequente direito de proteção, preferencialmente, com o emprego de cartilha previamente preparada para a finalidade.
- IV – Os serviços técnicos do sistema de justiça devem estar aptos a promover apoio, orientação e encaminhamento de assistência à saúde física e emocional da vítima ou testemunha e de seus familiares, quando necessário, durante e após o procedimento judicial.
- V – Devem ser tomadas medidas de controle de tramitação processual que promovam a garantia do princípio da atualidade, garantindo a diminuição do tempo entre o conhecimento do fato investigado e a audiência de depoimento especial.

À época, apesar do entusiasmo que se instalou no meio jurídico, a Recomendação intensificou as controvérsias em torno do procedimento, especialmente entre os profissionais de psicologia e de serviço social. Entre diversas críticas, temiam a sobreposição do seu caráter inquisitório à sua finalidade protetiva e alegavam a falta de atribuição de suas classes para exercer a tarefa. Devido a essas e outras ressalvas, tanto o Conselho Federal de Psicologia quanto o Conselho Federal de Serviço Social recomendaram que seus profissionais se abstivessem de participar das entrevistas, conforme as Resoluções CFP nº 10/2010 e CFESS nº 554/2009, respectivamente.<sup>70</sup>

<sup>70</sup> CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 10/2010**. Disponível em <[http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/crianca-e-adolescente/atuacao-e-conteudos-de-legislacao/crianca-e-adolescente/resolucao\\_cfp\\_10.2010](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/crianca-e-adolescente/atuacao-e-conteudos-de-legislacao/crianca-e-adolescente/resolucao_cfp_10.2010)>. Acesso em: 23 out. 2019; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 554/2009**. Disponível em <[http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/crianca-e-adolescente/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/crianca-e-adolescente/resolucao\\_cfess\\_554.2009](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/crianca-e-adolescente/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/crianca-e-adolescente/resolucao_cfess_554.2009)>. Acesso em: 13 set. 2019.

No entanto, as recomendações acabaram sendo derrubadas pelo Poder Judiciário. O Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, impetrou mandado de segurança para anular definitivamente a Resolução nº 10/2010 editada pelo CFP. Na ocasião, a 1ª Vara Federal de Porto Alegre concedeu a segurança pleiteada, em consonância com o parecer do Ministério Público Federal<sup>71</sup>, reconhecendo a nulidade da normativa e, consequentemente, das sanções previstas aos psicólogos judiciários pela participação no procedimento<sup>72</sup>. Todavia, não acolheu a pretensão ministerial de conferir eficácia nacional à sentença do feito. Da extensa fundamentação exposta na sentença, destacam-se os seguintes trechos:

Não há qualquer dispositivo legal que vede a atividade desenvolvida e, como visto na análise do dispositivo constitucional, **a regra é a liberdade do exercício profissional dos psicólogos** (como de qualquer profissional), assistindo-lhes o direito líquido e certo de não verem-se proibidos pelo respectivo conselho profissional a desempenhar atividade sem que tal vedação provenha de lei específica. Entender, como parece fazer o Conselho, que a sua competência para regulamentar a legislação atinente ao exercício profissional lhe permite criar vedações não previstas expressamente em lei confronta diretamente o comando do inciso XIII do art. 5º da Constituição Federal. Tal prerrogativa só existe nos limites da ética profissional, mas não é disso que trata a vedação, sendo genéricas as escassas afirmações que faz o Conselho Federal nesse sentido.

[...]

**com ou sem psicólogos, crianças e adolescentes vítimas de violência continuarão a ser ouvidos nos processos penais que apuram os respectivos atos criminosos.** Mudar tal prática, a par de muito difícil, escapa totalmente às atribuições do Conselho e de qualquer decisão judicial. **Estabelecida essa premissa, o que interessa saber, à luz do princípio da proteção integral, é se a atuação direta de um psicólogo no ato de inquirição contribui para proteger ou para fragilizar ainda mais crianças e adolescentes vítimas de violência quando do respectivo depoimento no respectivo processo criminal.** Pois bem, negar que contribui para protegê-la é negar toda a contribuição técnica que a psicologia pode conferir a tão delicado ato processual.

[...]

O que pode mudar é a forma do exercício do direito. Este pode ser feito de maneira desprotegida ou protegida. A primeira ocorre quando o depoimento é feito diretamente ao juiz; a segunda, quando é realizado por intermédio de um psicólogo. Sem este, a entrevista dar-se-á diretamente entre o juiz e a criança. Nesse caso, por ser entrevistada por alguém que (via de regra) carece da respectiva expertise, o ato tende a lhe causar mais sofrimento - e, com isso, o depoente tende a se retrair, e a verdade permanecerá oculta. Com isso, todos 'perdem' (especialmente a criança, que sofre duas vezes), e o resultado da investigação e do processo criminal é inócuo - restando impune o agressor. A contrario sensu, **quando a oitiva é realizada por psicólogo (ou com o auxílio deste), a criança (ou o adolescente) sente-se mais confortável, e se produz a prova buscada; eventuais invenções da vítima tendem a ser detectadas de forma mais eficaz, evitando-se injustiças. O processo atinge seus objetivos (a verdade real, entre eles) - e, consequentemente, a persecução penal tende à efetividade.**

<sup>71</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Manifestação como custos legis do MPF**. Disponível em <[http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/crianca-e-adolescente/depoimento-especial/atuacao-do-mpf/peticao\\_MPF\\_MS\\_5017910-24.2010.404.7100](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/crianca-e-adolescente/depoimento-especial/atuacao-do-mpf/peticao_MPF_MS_5017910-24.2010.404.7100)>. Acesso em: 14 ago. 2019.

<sup>72</sup> Id. **Sentença 1ª Vara Federal de Porto Alegre nos autos do MS nº 5017910-94.2010.404.7100**. Disponível em <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/crianca-e-adolescente/depoimento-especial/decisoes-judiciais/sentenca-trf4-MS50179109420104047100>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

[...]

Mas há outra violação à principiologia do ECA na qual incorre o Conselho Federal de Psicologia ao desenvolver seu raciocínio contra a tomada de depoimento da crianças e do adolescentes: o de que eles estariam sendo tomados como meros objetos para produção da prova que interessaria tão somente ao Poder Judiciário e não verdadeiros sujeitos de direito que são (art. 15, ECA), dado que o direito a ser ouvido somente se justificaria no caso do art. 28, §1º, ECA, ou seja, quando para colocação em família substituta. Com tal raciocínio, **o Conselho Federal de Psicologia desconsidera que as crianças e adolescentes, como sujeitos, têm direito de serem ouvidos nos processos judiciais em que são interessados** (art. 111, V, do Estatuto da Criança e do adolescente). Deve-se providenciar, sim, para que o exercício desse direito seja viabilizado com o mínimo possível de efeitos negativos, daí a importância de programas como o do Depoimento sem Dano. (Grifos da autora).

O mesmo posicionamento foi adotado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que confirmou sentença concessiva de segurança para que os conselhos impetrados se abstivessem de impor penalidades ou restrições aos psicólogos e assistentes sociais envolvidos no Projeto Depoimento Sem Dano (DSD) do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Nos termos da ementa<sup>73</sup>:

1. O sistema de escuta judicial “Depoimento Acolhedor de Crianças e Adolescentes”, conhecido também como “Depoimento Sem Dano”, é um modelo de sistema de escuta que possibilita a criança e o adolescente ser inquirido em processos judiciais, visando instruir os autos, cabendo ao juiz decidir sobre as perguntas a serem formuladas e ao profissional de psicologia ou assistente social, como facilitador/intérprete, repassar as perguntas, elaboradas pelo juiz, a criança ou adolescente. 2. A Resolução nº 10/2010, do Conselho Federal de Psicologia-CFP, e a Resolução nº 554/2009 do Conselho Regional de Serviço Social vedam a participação das categorias em tela no Projeto de “Depoimento Sem Dano”, sob o fundamento de que não é competência e atribuição do psicólogo e do assistente social a inquirição judicial de crianças e adolescentes. 3. Não obstante os Conselhos impetrados tenham competência para expedir resoluções concernentes as atribuições e competência dos profissionais em psicologia e assistente social, respectivamente, verifica-se que a vedação e a penalidade impostas aos referidos profissionais por participarem no sistema de “Depoimento Sem Danos” extrapola as disposições legais previstas nas Leis nº 4.119/62 e 8.662/1993, que tratam sobre as atribuições das ditas profissões. 4. O livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais estabelecidas em lei, constitui direito individual fundamental (CF/88, art. 5º, XIII), portanto, não pode o Poder Público, via de Resolução, inovar a Ordem Jurídica e impor restrições ao profissional não estabelecidas em lei. 5. É de ressaltar que os profissionais de psicologia e assistente social quando do exercício no Projeto “Depoimento Sem Danos” não atuam como inquiridor, mas facilitador/intérprete, utilizando-se do conhecimento técnico e científico da profissão para reproduzir as perguntas elaboradas pelo juiz, da melhor forma possível, visando o bem estar da criança e o colhimento de provas, possibilitando, mais facilmente, a punição do possível agressor. 6. Mandado de Segurança no qual se concede a segurança para determinar que os Conselhos impetrados se abstenham de impor penalidades ou restrições aos/as profissionais psicólogos e assistentes sociais envolvidos/as no Projeto Depoimento Sem Dano

<sup>73</sup> TRF-5.. Apel/Reex. nº 24564/PE. Rel.Des. Rubens de Mendonça Canuto (Convocado). J. em 23/10/2012.

(DSD) do Tribunal de Justiça de Pernambuco. 7. Precedentes do STJ e deste Tribunal.  
8. Apelações improvidas.  
(TRF-5. Apel/Reex. nº 24564/PE. Rel.Des. Rubens de Mendonça Canuto. J. em 23/10/2012).

Recentemente, a trajetória brasileira de implementação da escuta judicial protegida de crianças e adolescentes, originada em Porto Alegre, inspirou a propositura do Projeto de Lei nº 3.792/2015, de autoria da Deputada Federal Maria do Rosário Nunes. O projeto, que traz em sua justificção a necessidade de “aprimoramento do sistema jurídico brasileiro e para a conformidade da legislação doméstica aos acordos internacionais de proteção dos direitos humanos das crianças e adolescentes”<sup>74</sup>, estabelece o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência. Aprovado mediante o devido processo legislativo, sobreveio a promulgação da Lei nº 13.431/2017, que previu de forma expressa, pela primeira vez, o procedimento que passou a ser designado como Depoimento Especial. O legislador fixou o período de um ano de *vacatio legis* para a transição, após o qual editou o Decreto nº 9.603/2018, elaborado para regulamentar a lei federal.

Os novos diplomas não encerraram o embate entre as áreas do conhecimento envolvidas na temática. Porém, com o advento da Lei, a questão restou superada no plano jurídico, uma vez que o procedimento deixou de ser mera orientação e passou a ser obrigatório. Nesse contexto, podem os conselhos profissionais regulamentar, detalhadamente, a forma como a atividade será exercida, bem como demandar cursos de especialização com carga horária e currículo voltados ao tema. Contudo, são inadmissíveis restrições como as previamente intentadas por esses órgãos.<sup>75</sup>

<sup>74</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.792/2015**. Disponível em <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=57C9B15E25493488FE97A36F8FD26E5D.proposicoesWebExterno1?codteor=1419071&filename=PL+3792/2015](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=57C9B15E25493488FE97A36F8FD26E5D.proposicoesWebExterno1?codteor=1419071&filename=PL+3792/2015)>. Acesso em: 12 ago. 2019.

<sup>75</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Comentários à Lei nº 13. 431/2017**. Disponível em <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/lei\\_13431\\_comentada\\_jun2018.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/lei_13431_comentada_jun2018.pdf)>. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná, 2018, p. 36.

### **CAPÍTULO 3: O DEPOIMENTO ESPECIAL APÓS O ADVENTO DA LEI N° 13.431/2017**

#### **3.1. Características gerais**

Como visto nos capítulos anteriores, os métodos alternativos de escuta resultaram da demanda por uma cultura e práticas não revitimizantes, com foco na proteção de crianças e adolescentes contra a perspectiva adultocêntrica do sistema de justiça tradicional e na formulação de uma nova ética da oitiva, convertendo “inquirição” em “escuta”. Vislumbra-se, portanto, o início de uma nova cultura jurídica que se pretende alcançar, baseada no princípio de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos<sup>76</sup>.

Nesse sentido, boa parte da produção científica sobre o testemunho de crianças e adolescentes tem se voltado às características do funcionamento e do resgate da memória desses jovens diante de situações estressantes e traumáticas. A compreensão desses mecanismos contribui para a descoberta de metodologias que facilitam o acesso aos eventos vivenciados por esses indivíduos e de estratégias para não sugestioná-los durante sua interação, fortalecendo o teor do relato.<sup>77</sup>

Em harmonia com essa tendência, o depoimento especial consiste em um procedimento desenvolvido para a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência perante autoridade policial ou judiciária (art. 8º, Lei 13.431/2017). Trata-se de uma adaptação do modelo tradicional de depoimento, a fim de “reduzir os efeitos revitimizantes do estresse decorrente do ato de prestar testemunho em processos de investigação e judicialização de crimes de violência contra crianças e adolescentes”.<sup>78</sup>

Partindo da definição fornecida pela própria Lei, é necessário reconhecer, em primeiro lugar, a diversidade de formas de violência existentes. Assim, andou bem o legislador ao elencar e descrever as situações que podem ensejar a participação da criança como depoente. Conforme disposto no art. 4º da Lei nº 13.431/2017, são elas:

---

<sup>76</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Op. cit., 2017, p. 269-270.

<sup>77</sup> Ibid., p. 269-270.

<sup>78</sup> Ibid., p. 25.



**I - violência física**, entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico;

**II - violência psicológica:**

a) qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (*bullying*) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional;

b) o ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este;

c) qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha;

**III - violência sexual**, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro;

b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;

c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação.

Além das três espécies listadas acima, tamanho era o compromisso de evitar a revitimização dos participantes que incluiu-se nesse rol, também, a chamada violência institucional, que é praticada, “ainda que inadvertidamente, cada vez que os órgãos e agentes responsáveis pela proteção das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas deixam de observar as cautelas e os direitos dispostos nesta e em outras normas correlatas”<sup>79</sup>. Deste modo, ficou estabelecido no inciso IV do art. 4º da Lei nº 13.431/2017:

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência:

IV - violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização.

Delineadas as hipóteses de cabimento da metodologia, cumpre investigar outro aspecto igualmente merecedor de análise: quem são e como devem atuar os profissionais

<sup>79</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. p. cit., 2018, p. 06.



responsáveis pela condução do procedimento. Primeiramente, importa esclarecer que a legislação não nomeou uma categoria profissional como mais apta para a realização da diligência, limitando-se a utilizar o termo “profissional especializado”. Porém, determinou que os sujeitos designados para a tarefa recebam capacitação interdisciplinar continuada (art. 20, § 3º c/c art. 14, § 1º, II).

Diante do exposto, conclui-se que a promulgação da Lei nº 13.431/2017 tornou inadiável o aparelhamento dos órgãos de segurança pública e do Sistema de Justiça a fim de cumprir as diretrizes e objetivos da nova legislação. Nesse cenário, uma das mais urgentes demandas é por um corpo técnico habilitado para a realização do procedimento, uma vez que este passou a ser o método preferencial para coleta de prova testemunhal junto a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Ressalte-se que o art. 12, § 1º assegura a esses jovens, apenas excepcionalmente, o direito de testemunhar diante do juiz, se assim desejarem. Além disso, convém esclarecer que a escuta especializada não é um método de coleta de prova “testemunhal”, mas sim uma alternativa a ela, podendo assumir os contornos de prova “pericial”.<sup>80</sup>

Tal exigência resulta do exíguo preparo dos operadores do Direito para um atendimento humanizado de crianças e adolescentes vítimas de abuso. Segundo Santos, Gonçalves e Vasconcelos<sup>81</sup>, o problema é generalizado, pois a formação jurídica, por si só, não proporciona um entendimento global sobre o tema. Sendo assim, o ponto de partida para trabalharmos nessa área é reconhecer a deficiência existente e, a partir daí, empenhar maiores esforços no estudo do desenvolvimento infantil, das metodologias para a oitiva de menores de idade e das experiências internacionais prévias. Tudo isso sem perder de vista um agir ético, capaz de conciliar o dever profissional de busca da verdade real com as garantias constitucionais dos acusados e, prioritariamente, com a proteção das vítimas.

Partindo dessa premissa:

O profissional haverá de familiarizar-se com a normativa internacional, que reconhece, à criança e ao adolescente vítimas de violência<sup>98266</sup>, o direito de serem ouvidos e de se entrevistarem diretamente com a autoridade judiciária em todas as fases do processo. Trata-se do reconhecimento de que a criança tem voz, é sujeito de direitos

---

<sup>80</sup> Ibid., p. 41.

<sup>81</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos; et al. Op. cit., 2014, p. 247.

e não pode ser relegada a segundo plano nem ter sua versão dos fatos desconsiderada, tão somente por se tratar de um depoimento infantil.<sup>82</sup>

Além de não trazer um rol taxativo de profissionais, o legislador também não vinculou a realização do depoimento especial a um órgão específico, deslocando essa decisão para o âmbito local. Assim, deve ser criada, no âmbito de cada município, uma infraestrutura própria para a realização da diligência, que precisa ser adaptada para o atendimento infanto-juvenil e onde serão lotados (ou convocados para atuar, sempre que necessário) os agentes qualificados para a função.<sup>83</sup>

Imprescindível pontuar que essa estrutura não deve ser isolada, mas sim integrada aos demais segmentos da rede de proteção à criança e ao adolescente, para evitar que sejam ouvidos, repetidamente, nesses espaços. Sendo assim, revela-se indispensável a existência de um canal de comunicação baseado na interdisciplinaridade e na complementaridade do trabalho entre os profissionais dos setores de proteção e de garantias, a fim de que

As informações prestadas sejam repassadas de um órgão a outro, em vez de se fazer com que a vítima circule de um local a outro, entre os diversos setores, repetindo relatos. Isso pode ser feito entre a Delegacia de Polícia, o Ministério Público, o Poder Judiciário, o Conselho Tutelar e os locais de saúde onde a vítima precisar ser atendida ou, ainda, entre os Promotores Criminais e os da Infância quando a função não se centralizar no mesmo agente.<sup>84</sup>

Sendo altamente provável o sofrimento da vítima ou testemunha diante do evento vivido, resta à metodologia do depoimento especial a árdua tarefa de contribuir, simultaneamente, para o melhor desfecho da ação judicial e para o empoderamento desses sujeitos, reduzindo ao máximo os efeitos deletérios e previsíveis da sua participação no processo. Nesse sentido, sabendo que a integração dos órgãos das redes de proteção e de garantias evita que a memória da criança seja reiteradamente induzida ao evento que a levou até o Sistema de Justiça, tal organização revela-se corolário para o alcance da finalidade da Lei nº 13.431/17.

Em atenção aos prejuízos acarretados por um atendimento desarticulado e ineficiente, o próprio diploma legal determina que o depoimento seja realizado, sempre que possível, uma única vez e em sede de proteção antecipada de prova (art. 11, caput). Ressalte-se que o rito

---

<sup>82</sup> Ibid., p. 249.

<sup>83</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Op. cit., p. 43.

<sup>84</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos; et al. Op cit., p. 2014, p. 254.

cautelar preferencial torna-se obrigatório para crianças menores de sete anos ou em caso de violência sexual (art. 11, § 1º, I e II). Além disso, só é admissível a repetição da diligência quando justificada sua imprescindibilidade pela autoridade competente e mediante o consentimento da vítima ou testemunha ou de seu representante legal (art. 11, § 2º).

Seguindo a mesma lógica, poderá o depoimento, mesmo quando realizado perante autoridade de polícia, servir como prova no processo judicial. É dispensada a repetição da prova em juízo, especialmente, quando seu teor for ratificado por outras provas produzidas ao longo da instrução processual. Conforme decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal: Os elementos colhidos no inquérito policial podem influir na formação do livre convencimento do juiz para a decisão da causa quando complementados por outros indícios e provas obtidos na instrução judicial (STF. 1ª T. HC nº 104669/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowski. J. em 26/10/2010).<sup>85</sup>

Cumprido destacar que merece ressalva o supracitado art. 11, § 2º da Lei nº 13.431/17, cuja parte final autoriza a repetição da diligência “mediante o consentimento da vítima ou testemunha ou de seu representante legal”. Isso porque a sua interpretação literal pode induzir à subversão da própria finalidade da lei, revelando-se mais adequada uma interpretação sistemática do diploma. Nesse sentido, considerando que o art. 5º, VI, da Lei assegura à criança ou adolescente não só o direito de ser ouvido e de expressar seus desejos e opiniões, mas também o de permanecer em silêncio, não pode a vontade dos representantes substituir a anuência dos menores para a realização de nova oitiva.

Ainda com fundamento no art. 5º, VI, é evidente que o direito assegurado a crianças e adolescentes de participarem de todos os processos relativos a violências sofridas ou testemunhadas por eles “não pode se converter, jamais, em uma forma de violência institucional. É imprescindível que se conjugue o direito à participação aos pressupostos de direitos humanos na tomada do depoimento”.<sup>86</sup> Em consonância com esse raciocínio, o Decreto nº 9.603/2018 previu, no art. 22 § 3º, que deve-se respeitar a decisão da criança ou adolescente de não falar sobre a violência sofrida.

Trata-se, mais uma vez, de consequência necessária do princípio do melhor interesse da criança, ilustrado no art. 227 da Constituição, que afirma ser dever da família, da sociedade

---

<sup>85</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Op. cit., p. 41.

<sup>86</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos; et al. Op. cit., 2017, prefácio.

e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à dignidade, bem como mantê-los a salvo de qualquer forma de violência, crueldade e opressão. Assim, caso a vítima ou testemunha se recuse, por qualquer motivo, a discorrer sobre o acontecimento, a diligência não será realizada, sob pena de violação a nível constitucional. Nessas situações, deve-se buscar meios alternativos de prova e/ou a realização de um trabalho de preparação e empoderamento junto à criança, conscientizando-a da importância de sua participação. Independentemente da providência eleita, é vedado o emprego de constrangimento para viabilizar o testemunho.<sup>87</sup>

Outro aspecto categórico acerca do depoimento especial é a obrigatoriedade de registro do procedimento em áudio e vídeo, conforme preceitua o art. 12, VI, da Lei nº 13.431/17. A única hipótese que autoriza restringir a gravação e/ou a transmissão em tempo real para a sala de audiência comum, onde se encontram os demais envolvidos no processo (réu, advogados, juiz, promotores, etc), é a constatação de risco à vida ou à integridade física da vítima ou testemunha (art. 12, § 4º).

Importante pontuar que a utilização da tecnologia de CCTV e o registro da diligência agregam grande valor probatório ao testemunho. Isso porque a transmissão simultânea do diálogo viabiliza a interação entre os dois ambientes, contemplando as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Além disso, as informações captadas por meio de áudio e vídeo são muito mais completas do que as tradicionais atas de audiência, abrangendo não só a fala, como também a linguagem corporal e as emoções demonstradas pelo entrevistado. Por fim, a possibilidade de rever a cópia a qualquer tempo e por qualquer magistrado aumenta ainda mais a confiabilidade quanto ao conteúdo do relato.

Antes de tecer algumas considerações sobre a forma de armazenamento da mídia, não se pode deixar de mencionar que o depoimento especial tramita em segredo de justiça, por força do § 6º do art. 12 da Lei nº 13.431/2017. Trata-se de norma que tem como fim garantir o direito à intimidade e a preservação da identidade da vítima ou testemunha, assegurados pelo § 5º do mesmo dispositivo. Ambas são reforçadas pelo inciso XIV do art. 5º, que informa que a aplicação da Lei terá como base, entre outros, o direito da criança e do adolescente a “ter as informações prestadas tratadas confidencialmente, sendo vedada a

---

<sup>87</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Op. cit., p. 41.

utilização ou o repasse a terceiro das declarações feitas pela criança e pelo adolescente vítima, salvo para os fins de assistência à saúde e de persecução penal”.

Tamanho foi o comprometimento do legislador em atribuir efetividade a esses mandamentos que optou pela criminalização da violação do sigilo processual. Assim, permitir que o depoimento seja assistido por pessoa estranha ao processo, sem autorização judicial ou o consentimento do depoente ou de seu representante legal é conduta punível com reclusão de um a quatro anos e multa (art. 24, Lei nº 13.431/2017).

No entanto, alguns cuidados logísticos na guarda dos arquivos são necessários para garantir o acesso a todos os benefícios elencados e, notadamente, para assegurar a privacidade e a intimidade da vítima. Por isso, o § 5º do art. 12, interpretado em conjunto com o art. 26, determina que as condições de preservação e de segurança da mídia deverão ser objeto de regulamentação pelo poder público, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir do início de sua vigência. Recomenda-se que “cópias devem ser mantidas em local seguro e inacessível, para o caso de avaria ou de desaparecimento daquelas juntadas aos autos. Dessa forma, estas podem ser substituídas”.<sup>88</sup>

Destaque-se que o participante deve ser cientificado quanto à gravação de seu testemunho e tranquilizado quanto ao seu uso restrito (art. 5º, V). Se, ainda assim, a criança ou adolescente não consentir em ter seu relato gravado, a recusa impedirá a realização do ato, impondo a colheita do depoimento pela via da escuta especializada, cuja gravação não é obrigatória.<sup>89</sup>

Mais uma inovação trazida pelo depoimento especial é o ambiente no qual deve ocorrer a intervenção, descrito pela Lei como “apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência” (art. 10, Lei nº 13.431/17). Trata-se de um elemento extremamente significativo para concretizar as expectativas da nova metodologia. Por isso, deve proporcionar a sensação de acolhimento à vítima ou à testemunha, bem como garantir a eficácia da diligência em diversos aspectos, incluindo o seu funcionamento, registro e transmissão. Em suma, deve ser aconchegante e funcional.

---

<sup>88</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos.; et al. Op. cit., 2014, p. 268.

<sup>89</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Op. cit., p. 50.

Primeiramente, tendo em vista a já mencionada obrigatoriedade da transmissão e gravação do procedimento, é imprescindível que a sala contenha equipamentos de som e de vídeo que registrem o andamento da oitiva. Mais que isso, é importante que tais utensílios sejam capazes de captar detalhes, como expressões faciais e movimentos do participante. É recomendável, ainda, que o local seja revestido de isolamento acústico, a fim de obstar quaisquer interrupções que possam vir a conturbar o andamento do procedimento. Ainda quanto à infraestrutura, é ideal que haja um banheiro com fácil acesso para a criança.<sup>90</sup>

Adicionalmente, devem constar itens que visem à humanização da diligência, por mais básicos que sejam, como água e lenços de papel. Podem ser incluídos, também, almofadas, tapetes e cortinas, preferencialmente claros, transmitindo a sensação de acolhimento. Cadeiras tipo ferradura também podem ser proveitosas, pois sua estrutura, além de confortável, proporciona uma espécie de contenção, de limite, especialmente útil para lidar com crianças mais agitadas. O posicionamento ideal das cadeiras é lado a lado, levemente viradas uma em direção à outra, evitando que o participante se sinta intimidado ou constrangido por um contato frente a frente com o profissional facilitador.<sup>91</sup>

Brinquedos e jogos podem ser importantes aliados, notadamente na fase de preparação, colaborando para uma interação mais natural e para a abertura da conversa. Contudo, após essa etapa, devem ser guardados em local reservado para evitar distrações à criança. Poderão ser novamente oferecidos, no entanto, durante as fases seguintes do procedimento como estratégia para aliviar a angústia dos entrevistados. Pode-se emprestar, por exemplo, um ursinho de pelúcia ou uma bolinha antiestresse.<sup>92</sup> Importante, ainda, ter materiais para desenho disponíveis, uma vez que o método admite e encoraja qualquer forma de comunicação correspondente à faixa etária do participante. Estão aí incluídas as expressões artísticas, conforme apontado nas diretrizes elaboradas pelo Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (*Committee on the Rights of the Child*), mencionadas no capítulo anterior.

No caso de haver uma única sala para o atendimento tanto de crianças quanto de adolescentes, deve-se esclarecer aos mais velhos a necessidade de aquele espaço ser projetado

---

<sup>90</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos; et al. Op. cit., 2014, p. 276.

<sup>91</sup> Ibid., p. 276.

<sup>92</sup> Ibid., p. 276.

com base no universo infantil. Se possível, orienta-se que adolescentes também usufruam de elementos auxiliares na entrevista, como um computador com acesso a sites específicos. É possível que esse conteúdo disponível tenha o objetivo, por exemplo, de familiarizar o jovem com o funcionamento da justiça e com os procedimentos em que esteja envolvido.<sup>93</sup>

Outra característica intrínseca ao depoimento especial é que o diferencia de outros procedimentos é a execução de protocolos. A título comparativo: enquanto a escuta especializada tem forma livre, conferindo maior liberdade ao profissional para empregar a metodologia que julgar mais conveniente, com base em sua *expertise* e nas normas técnicas aplicáveis, o depoimento especial tem um formato próprio a ser observado pelos técnicos encarregados da diligência, independentemente de estarem a serviço do Juízo ou da autoridade policial.<sup>94</sup> Em razão de sua grande relevância, o tema será analisado, separadamente, no tópico a seguir.

### 3.2 Procedimento

O procedimento utilizado para a realização do depoimento especial varia de acordo com o protocolo adotado, sendo que não existe um consenso sobre qual seria o melhor deles. Cada país experimenta um ou mais métodos próprios a partir de técnicas variadas extraídas de diferentes protocolos, criando metodologias híbridas que se adequam às necessidades locais. Todavia, é possível apontar algumas similaridades entre eles”.<sup>95</sup>

Segundo Santos, Gonçalves e Vasconcelos: “a maioria dos protocolos de entrevista investigativa tem os mesmos fundamentos: evitar perguntas sugestivas; fazer perguntas abertas; permitir relato livre; tratar o entrevistado com cordialidade e estabelecer confiança”<sup>96</sup>. Tais medidas refletem os cuidados emocionais necessários ao lidar com crianças e adolescentes, colaborando para a obtenção de um relato mais satisfatório, superior em tamanho e na qualidade das informações. Além disso, os protocolos de entrevista são compostos, basicamente, de três fases: a primeira, conhecida como *rappport* ou preparação, que se preocupa, essencialmente, com o acolhimento do entrevistado; a segunda, que consiste no relato sobre o evento de interesse para o processo a partir das recordações do entrevistado,

---

<sup>93</sup> Ibid., p. 276.

<sup>94</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Op. cit., p. 47.

<sup>95</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos; et al. Op. cit., p. 269.

<sup>96</sup> Ibid., p. 275.

partindo de uma narrativa livre; e a terceira, que é o fechamento ou finalização da entrevista, sempre voltada ao propósito de que o participante saia com sentimentos positivos quanto à sua participação no procedimento, recorrendo-se, novamente, às técnicas de *rapport* utilizadas na fase inicial.

No Brasil, predomina a técnica da entrevista cognitiva, desenvolvida em 1984, que foca no funcionamento da memória e nos fatores que podem distorcê-la. Assim, privilegia o relato livre, uma vez que a estratégia maximiza o acesso às informações registradas na memória, minimizando o risco de interferências externas. Sob esse viés, o método estabelece alguns caminhos a serem seguidos e outros a serem evitados durante a entrevista, que contém cinco etapas: acolhimento inicial (*rapport*), recriação do contexto, questionamento, esclarecimento final e fechamento.<sup>97</sup>

Além da técnica da entrevista cognitiva, o procedimento brasileiro é caracterizado pela adoção de dispositivos tecnológicos, como o sistema de circuito interno de televisão. Isso porque, em regra, a entrevista é realizada de forma interativa com a sala de audiência, de forma semelhante a uma videoconferência. Em apertada síntese:

Um profissional fica em uma sala especial com a criança e comunica-se com todos os agentes jurídicos, que ficam em outra sala (sala de audiência tradicional). A comunicação do profissional com os agentes jurídicos ocorre por meio de microfones e de uma televisão instalada na sala de audiência. Na sala em que o profissional está com a criança, são utilizados microfones de lapela, de ambiente, ou outro e um ponto de som que o profissional utiliza no ouvido (a criança não ouve as manifestações da sala de audiência). Oportunamente, o juiz, o promotor de justiça e o advogado de defesa realizam perguntas à criança, e o profissional repassa essas perguntas à criança ou ao adolescente adequando-as ao universo destes. A audiência, além de ocorrer de forma interativa, também é gravada em um CD. Ao método de videogravação, integram-se técnicas de entrevistas, elemento importante para cuidados emocionais com a criança e para a obtenção de informações com mais detalhes e fidedignidade, essenciais, portanto, para a produção de prova consistente e eficiente.<sup>98</sup>

Quanto ao momento mais adequado, o legislador estabeleceu que a colheita do depoimento infantil deve ocorrer, preferencialmente, em sede de produção antecipada de prova (art. 11, caput, da Lei nº 13.431/17). Assim, com base nos indícios aptos a fundamentar a denúncia ou o requerimento da produção de prova, deverá o Ministério Público analisar a viabilidade da acusação. Estando presentes os elementos do art. 156, I, do Código de Processo

<sup>97</sup> LEVY, Sandra Pinto. **Histórico do Depoimento Especial no TJRJ**. Rio de Janeiro, 2019, p. 18.

<sup>98</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos; et al. Op. cit., p. 275.



Penal, que traz os requisitos para a produção antecipada de prova, esta deverá ser requerida. São eles: a urgência e a relevância da prova, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida.<sup>99</sup>

No ato de intimação para a entrevista forense, é recomendável que haja instrução para o comparecimento da criança ou adolescente, acompanhada de seu responsável, pelo menos trinta minutos antes do horário marcado para a audiência comum. Isso porque o art. 9º, da Lei nº 13.431/17 preceitua que a vítima ou testemunha será resguardada de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto agressor ou com qualquer outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento. Assim, a chegada com antecedência busca evitar tal encontro, prezando pela intimidade da criança e pela integridade de seu relato. Possibilita, ainda, o acolhimento inicial a ser realizado pelo técnico incumbido da entrevista.<sup>100</sup>

Importante ressaltar que a preocupação com essas influências externas não se restringe ao dia em que ocorrerá o depoimento. Por isso, é essencial que toda a rede de proteção esteja articulada e atenta a qualquer indício de manipulação durante todo o atendimento prestado à vítima ou testemunha de violência e à sua família, inclusive posteriormente à oitiva, uma vez que é comum serem induzidos a alterarem o relato inicial, devendo as coerções sofridas serem devidamente apuradas e reprimidas.<sup>101</sup>

Em relação ao procedimento adotado na oitiva, a lei não faz menção a um protocolo específico. Contudo, fixou diretrizes básicas, expondo pontos centrais a serem observados na prática. Destacam-se o dever de manter a criança informada, o respeito ao seu nível de desenvolvimento, o compromisso com o relato livre e a videogravação da<sup>102</sup>. Nesse sentido, dispõe o art. 12 da Lei nº 13.431/17, *in verbis*:

Art. 12. O depoimento especial será colhido conforme o seguinte procedimento:  
I - os profissionais especializados esclarecerão a criança ou o adolescente sobre a tomada do depoimento especial, informando-lhe os seus direitos e os procedimentos a serem adotados e planejando sua participação, sendo vedada a leitura da denúncia ou de outras peças processuais;

---

<sup>99</sup> Ibid., p. 252.

<sup>100</sup> Ibid., p. 277.

<sup>101</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Op. cit., p. 42.

<sup>102</sup> BRASIL Conselho Nacional de Justiça. **Relatório analítico propositivo Justiça Pesquisa**. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/69f98306e01d7a679720c82bf016b8ea.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2019CNJ. Relatório analítico propositivo Justiça Pesquisa. Brasília, 2019, p. 52.

- II - é assegurada à criança ou ao adolescente a livre narrativa sobre a situação de violência, podendo o profissional especializado intervir quando necessário, utilizando técnicas que permitam a elucidação dos fatos;
- III - no curso do processo judicial, o depoimento especial será transmitido em tempo real para a sala de audiência, preservado o sigilo;
- IV - findo o procedimento previsto no inciso II deste artigo, o juiz, após consultar o Ministério Público, o defensor e os assistentes técnicos, avaliará a pertinência de perguntas complementares, organizadas em bloco;
- V - o profissional especializado poderá adaptar as perguntas à linguagem de melhor compreensão da criança ou do adolescente;
- VI - o depoimento especial será gravado em áudio e vídeo.

O inciso I nada mais é do que um desdobramento do direito da criança e do adolescente de “receber informação adequada à sua etapa de desenvolvimento sobre direitos, inclusive sociais, serviços disponíveis, representação jurídica, medidas de proteção, reparação de danos e qualquer procedimento a que seja submetido” (art. 5º, V, Lei nº 13.431/17). Essa etapa compõe a fase inicial do procedimento, denominada preparação, acolhimento ou *rapport*.

Neste primeiro momento, é possível que a criança ou adolescente chegue assustado e com uma mistura de sentimentos relativos ao evento que desencadeou o processo e à sua participação neste. É tarefa do profissional comportar-se de forma tranquila, segura e acolhedora, a fim de administrar manifestações de insegurança, ansiedade, confusão, vergonha e ambivalência.<sup>103</sup>

Recomenda-se que, inicialmente, a criança esteja acompanhada de uma pessoa de confiança, cuja presença poderá contribuir para que se sinta mais segura no contato inicial com o entrevistador e com o ambiente. O entrevistador deverá demonstrar o uso do equipamento de áudio e de vídeo, que deverá estar visível, explicando seu funcionamento.

Poderá explicar dizendo, por exemplo: “Nossa conversa será assistida pelo juiz e por outras pessoas que estão em outra sala, a sala de audiência (se possível, antecipadamente, mostre-lhes essa sala). Além de nos colocar em contato com o juiz, esse equipamento grava nossa conversa em um CD. Assim, se for necessário, o juiz poderá rever o que contaste. Esta filmagem não é exibida na casa de ninguém, não irá para TV ou internet. É para uso da justiça.”.<sup>104</sup>

A presença do responsável deve ser aproveitada, ainda, para atualizar eventuais informações sobre a criança e para cientificá-lo sobre todo o procedimento a ser realizado,

<sup>103</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos; et al. Op. cit., 2014, p. 278.

<sup>104</sup> Ibid., p. 281.

concedendo-lhe a oportunidade de solicitar esclarecimentos e de manifestar anuência ou discordância. Em seguida, ainda na preparação, deverá se retirar, deixando a criança apenas com o entrevistador <sup>105</sup>.

Apesar de aparentemente despretenso, o diálogo inicial é de extrema importância, incumbindo-se de várias metas cujo alcance oportuniza um desenvolvimento mais tranquilo da diligência. Alguns desses objetivos são

Diminuir a ansiedade; contribuir para o estabelecimento de confiança; conhecer e ajustar a linguagem; familiarizar a criança ou o adolescente com o uso de perguntas abertas, perguntas de seguimento que serão usadas nas etapas seguintes da entrevista. Visa também a estimular a criança a falar livremente, devendo o entrevistador manter a escuta ativa, e a permitir que a criança expresse suas dúvidas e preocupações.<sup>106</sup>

Por isso, é indicado que a conversação introdutória verse sobre assuntos desvinculados do fato denunciado. Durante essa conversa, é importante atentar para a formulação das perguntas, devendo priorizar questionamentos abertos, cujas respostas tendem a ser mais completas, com relato livre e com menor risco de influência por parte do entrevistador. As perguntas fechadas, ao contrário, limitam a resposta a uma palavra ou frase curta, dificultando a continuidade da entrevista<sup>107</sup>. Além de proporcionar uma atmosfera mais leve e familiar ao universo infantil, o diálogo sobre assuntos neutros fornece elementos para a finalização da diligência, na qual deverão ser empregados todos os cuidados para que o participante não saia com sentimentos negativos acerca da experiência.<sup>108</sup>

Deve-se verificar, também, o que a criança ou adolescente sabe sobre aquela ida ao tribunal. Caso demonstre entendimento, o profissional deve aproveitar a oportunidade para reiterar a entrevista como uma oportunidade para que o jovem dê seu relato, esclarecendo que expressar suas opiniões e relatar sua versão dos acontecimentos ao juiz é um direito seu. Isso tudo sem perder de vista a necessidade de compatibilizar a linguagem empregada com o nível de desenvolvimento e maturidade do entrevistado.<sup>109</sup>

---

<sup>105</sup> Ibidem, p. 279.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 279.

<sup>107</sup> Ibid., p. 280.

<sup>108</sup> Ibid., p. 279.

<sup>109</sup> Ibid., p. 280.

O técnico deverá explicar, ainda, a sua própria função, bem como a dos profissionais que se encontram, simultaneamente, na sala de audiência comum. Nesse momento, informará sobre a presença ou não do suspeito no local, elucidando que, em caso positivo, ele assistirá à oitiva por meio do circuito interno de TV previamente apresentado<sup>110</sup>. Constatando-se que a presença do suposto agressor pode comprometer o depoimento especial ou a segurança da vítima ou testemunha, o profissional especial comunicará o fato ao juiz, que autorizará o afastamento do imputado (art. 12, § 3º da Lei nº 13.431/17).

Ato contínuo, o depoimento avança para a segunda fase, prevista no inciso II do art. 12, que consiste no relato em forma de livre narrativa. Trata-se de um método que recomenda o menor número possível de intervenções durante a fala do entrevistado, evitando direcionar, mesmo que inconscientemente, suas respostas. Nesse momento, podem ser utilizadas ferramentas como o *role playing* (técnica de interpretação de papéis) ou a transferência de controle. Pode o profissional, por exemplo, mencionar que não estava presente no momento em questão e que, por isso, desconhece o que aconteceu. Assim, coloca-se em posição de mero facilitador, atribuindo o protagonismo ao entrevistado que, afinal, é quem tem os registros do fato investigado em sua memória.<sup>111</sup>

O inciso III trata da transmissão do depoimento, em tempo real, para a sala de audiência em separado. Essa previsão tem grande valor para a efetivação dos princípios da ampla defesa e do contraditório, pois viabiliza a participação das partes na produção probatória. Ressalte-se que, por se tratar de garantias constitucionais, sua observância é requisito indispensável para a validade da prova produzida. Pela mesma razão, não se pode substituir o depoimento por laudos psiquiátricos ou psicológicos, transferindo ao perito a função decisória da qual é incumbido o magistrado.<sup>112</sup>

Ao fim do relato da criança ou do adolescente, poderá o juiz avaliar, junto ao Ministério Público, ao defensor e aos assistentes técnicos a pertinência de perguntas complementares, conforme previsto no inciso IV. Contudo, importante salientar que a decisão sobre a pertinência das questões formuladas pelas partes não se encerra no magistrado,

---

<sup>110</sup> Ibid., p. 281.

<sup>111</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos; et al. Op. cit., 2017, p. 198

<sup>112</sup> Id.. Op. cit., 2014, p. 254.

devendo passar, necessariamente, pelo crivo do profissional responsável pela realização do ato.<sup>113</sup>

Segundo<sup>114</sup>, aplica-se, analogicamente, o art. 151 do ECA, que assegura à equipe interprofissional “a livre manifestação do ponto de vista técnico”. Por conseguinte, fica resguardada sua autonomia para, fundamentadamente, se recusar a transmitir perguntas que julgue indevidas e/ou potencialmente danosas à criança, mesmo quando formuladas pelo próprio juiz. No entanto, o ideal seria

A elaboração de perguntas pelo Juiz e pelas partes *antes* mesmo do início da diligência, de modo que tanto o Juiz quanto o técnico que irá executá-la possam avaliar sua pertinência/adequação e “trabalhar” os temas respectivos ao longo do ato (sem a necessidade da formulação de uma pergunta direta sobre o assunto a ser esclarecido), ou então, após o livre relato inicial, a audiência ser interrompida, com a elaboração das perguntas - em bloco - e sua análise antes da retomada do ato, evitando assim que o técnico seja surpreendido com questionamentos inoportunos/indevidos e/ou se sinta forçado a efetuar perguntas com as quais não concorda.<sup>115</sup>

As perguntas formuladas e indeferidas devem ser registradas, junto com a fundamentação do indeferimento, na ata da audiência. A depender do caso, tais questões poderão ser esclarecidas pelo profissional que atuou na diligência num momento posterior.

Em qualquer caso, o técnico não é obrigado a realizar perguntas empregando as mesmas palavras utilizadas por quem as elaborou. Ao contrário, faz parte de suas atribuições adaptá-las a uma linguagem simples e compreensível, que não cause qualquer constrangimento no entrevistado, sob pena de incorrer em violência institucional (art. 4º, IV, Lei 13.431/17). Desta forma, deve assumir uma postura ativa, não se limitando a reproduzir as perguntas vindas da sala em separado.<sup>116</sup>

De acordo com o inciso VI, o depoimento será gravado em áudio e vídeo. Conforme já exposto, o registro possibilita a captação de emoções, bem como a revisão do material pelo magistrado sempre que necessário. Viabiliza, ainda, que o procedimento seja realizado uma única vez, motivo pelo qual a mídia deve ser armazenada com cautela, prezando pela intimidade da vítima ou testemunha.

---

<sup>113</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Op. cit., p. 49.

<sup>114</sup> Ibid., p. 49.

<sup>115</sup> Ibid., p. 49.

<sup>116</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Op. cit., p. 49.

Após a realização do depoimento, o Ministério Público possui quatro opções<sup>117</sup>:

1) oferecer, desde logo, a denúncia, caso já possua elementos suficientes para isso; 2) pedir o arquivamento do feito, uma vez esclarecido que não houve qualquer ato atentatório à dignidade da vítima; 3) requerer a instauração de inquérito policial, caso não tenha ainda tal providência sido efetuada, justamente para que sejam ouvidos o suposto autor do fato e eventuais testemunhas, bem como para colher outras provas imprescindíveis; 4) requerer a realização de diligências imprescindíveis ao oferecimento de denúncia.

Independentemente da providência escolhida, o depoimento não será repetido (em regra), e o arquivo deverá ser utilizado em eventuais ações cíveis decorrentes do fato noticiado, como as de destituição ou de suspensão do poder familiar, se estas já não resultarem, automaticamente, da própria sentença criminal.

---

<sup>117</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos; et al. Op. cit., 2014, p. 253.

## **CAPÍTULO 4: APLICAÇÃO PRÁTICA DO DEPOIMENTO ESPECIAL**

### **4.1. A institucionalização da metodologia no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**

Como visto, a Recomendação nº 33/2010 do CNJ e a Lei nº 13.431/2017 estabeleceram diretrizes gerais a serem seguidas para a realização do depoimento especial. Nesse contexto, cabe aos Tribunais de Justiça, em âmbito estadual, fixarem regras internas para a incorporação da metodologia, considerando as peculiaridades e demandas de cada localidade. Assim, levando em conta a existência de diferenciações entre os regulamentos internos, elegeu-se o Estado do Rio de Janeiro como objeto de análise para este tópico. Busca-se, com isso, ilustrar um expressivo processo de incorporação, cujo protocolo vem servindo de modelo para outros tribunais ao redor do país, como Rondônia, Paraná e Rio Grande do Norte.

No Rio de Janeiro, o depoimento especial foi institucionalizado em 2012, em cumprimento à Resolução nº 33/2010 do CNJ, que recomendou aos tribunais a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais. Considerando a data anterior à promulgação da Lei nº 13.431/17, a prática buscou fundamento, ainda, na Resolução nº 20/2005 do Conselho Econômico e Social da ONU, bem como no art. 227 da Constituição Federal e nos artigos 28, parágrafo 1º e 100, parágrafo único, XII, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A preocupação inicial foi assegurar a observância de aspectos técnicos referentes à escuta de indivíduos ainda em desenvolvimento emocional e cognitivo, frequentemente abalados por eventos traumáticos. Por isso, foram convidadas uma psicóloga e uma assistente social para sistematizar ações voltadas à concretização do projeto. Nesse contexto, desenvolveram estudos “relacionados à memória, escuta de crianças, inquirição, dinâmica do trauma, desenvolvimento infantil, técnicas de entrevista e normativas de referência para o desenvolvimento de metodologia e recomendações voltadas para a temática”.<sup>118</sup>

---

<sup>118</sup> LEVY, Sandra Pinto. Op. cit., p. 10.

Com o fim das medidas preliminares, foram publicados os Atos Executivos nº 4.297/2012<sup>119</sup> e nº 4.298/2012<sup>120</sup>, que instituíram o Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes (NUDECA) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. São funções do Núcleo preparar e executar o depoimento especial, assessorar juízes na oitiva de crianças e adolescentes e apoiar os profissionais da equipe técnica interdisciplinar, conforme disposto na Rotina Administrativa (RAD-DGADM-046), vigente desde 10 de novembro de 2014<sup>121</sup>.

Em setembro de 2013, o NUDECA foi transferido para a Divisão de Apoio Técnico Interdisciplinar da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ/DIATI) por meio do Ato Executivo Conjunto nº 49/2013<sup>122</sup>. No mesmo ano, o Ato Normativo Conjunto nº 21/2013<sup>123</sup> promoveu alterações importantes no Ato Normativo Conjunto nº 09/2012<sup>124</sup>, que disciplina, até hoje, os aspectos metodológicos e administrativos que orientam a execução do depoimento especial. Importante ressaltar a relevância dessa normatização, pois assegura autonomia aos entrevistadores dentro de um parâmetro mínimo estabelecido para a uniformização do procedimento. Caso contrário, cada juiz poderia adotar um fluxo próprio para a realização do depoimento.<sup>125</sup>

O protocolo fluminense, que segue ganhando visibilidade e espaço na prática judiciária, possui três eixos principais: produzir provas testemunhais melhores e mais confiáveis, prevenir os riscos de revitimização de crianças e adolescentes e, por fim, promover o encaminhamento da vítima e de seus familiares aos programas municipais e estaduais de proteção e apoio à família. Para atender aos três alicerces, o protocolo elenca as providências a serem tomadas antes, durante e após o depoimento, privilegiando as

<sup>119</sup> TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Ato Executivo nº 4.297/2012**. Disponível em <[http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo\\_sophia=161851&integra=1](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=161851&integra=1)>. Acesso em: 23 set. 2019.

<sup>120</sup> Ibid.

<sup>121</sup> Id. **Rotina Administrativa**. Disponível em <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/2080900/RAD-DGADM-046-REV-0.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

<sup>122</sup> Id. **Ato Executivo Conjunto nº 49/2013**. Disponível em <[http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo\\_sophia=172914&integra=1](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=172914&integra=1)>. Acesso em: 23 set. 2019.

<sup>123</sup> Id. **Ato Normativo Conjunto nº 21/2013**. Disponível em <[http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo\\_sophia=172913&integra=1](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=172913&integra=1)>. Acesso em: 23 ago. 2019.

<sup>124</sup> Id. **Ato Normativo Conjunto nº 09/2012**. Disponível em <[http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo\\_sophia=162662&integra=1](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=162662&integra=1)>. Acesso em: 23 ago. 2019.

<sup>125</sup> LEVY, Sandra Pinto. Op. cit., p. 13.



necessidades de ordem subjetiva das crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência<sup>126</sup>.

Nesse contexto, é indispensável a participação de profissionais qualificados nessa área. Primeiro, porque as estratégias empregadas podem ser determinantes para a qualidade da prova produzida. Em segundo lugar, porque é imprescindível analisar as denúncias (especialmente as que envolvem abuso sexual) considerando o fenômeno da sugestibilidade, isto é, a tendência de incorporar informações provenientes de fontes externas e distorcidas (propositalmente ou não) às nossas próprias recordações.<sup>127</sup> Além disso, porque são os mais aptos a identificar e a zelar pelos limites etários e psicológicos de desenvolvimento da criança ou do adolescente, sendo esse um dos pressupostos do depoimento especial, expresso no art. 22 § 1º do Decreto nº 9.603/2018.

Por isso, os componentes do NUDECA são auxiliares do Poder Judiciário com especialidade em Psicologia, Serviço Social e Comissários de Justiça especializados em técnicas de entrevista cognitiva que se disponibilizam, voluntariamente, para atuar no Núcleo. Os referidos profissionais têm como atribuições primordiais facilitar a tomada do depoimento, melhorar a qualidade da prova e reduzir o risco de revitimização da criança ou adolescente.<sup>128</sup>

Ainda considerando a importância da *expertise* em psicologia para preservar o bem-estar de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas, o TJ-RJ valoriza a manifestação dos profissionais da área quanto a importantes questões. Nesse sentido, o ato normativo nº 21/2013 introduziu uma análise prévia sobre as condições da vítima e/ou testemunha para prestar depoimento, cabendo ao técnico especializado indicar a pertinência ou não da realização do procedimento, bem como apontar eventuais fatos que possam comprometê-lo. Incumbe ao entrevistador, ainda, comunicar ao magistrado toda contraindicação relevante sobre a aplicação da metodologia.<sup>129</sup>

A referida avaliação, regida pela Rotina Administrativa aplicada ao NUDECA, funciona da seguinte forma: ao receber a solicitação de agendamento do depoimento especial, o Núcleo tem 48 horas, a partir do recebimento dos documentos do processo, para emitir

---

<sup>126</sup> Ibid., p. 12-14.

<sup>127</sup> Ibid., p. 14-15.

<sup>128</sup> Ibid., p. 19.

<sup>129</sup> Ibid., p. 14.

parecer quanto à sua pertinência e remetê-lo à vara solicitante. Se a medida for considerada adequada, o parecer retorna ao requisitante acompanhado de confirmação do agendamento. Em caso de parecer contraindicando a realização do procedimento, pode o juiz acatá-lo e desistir do depoimento ou rejeitá-lo e recomendar a ênfase na etapa de recepção. Caso julgue absolutamente prejudicial a participação da criança no depoimento, mesmo diante da discordância do juiz sobre a contraindicação, pode o NUDECA submeter a questão ao Juiz Auxiliar da Corregedoria responsável pela DIATI, que terá a decisão final.

Decidindo-se pela realização do depoimento, é possível listar onze etapas a serem percorridas para a sua concretização, conforme o procedimento disposto no Ato Normativo Conjunto nº 09/2012, com redação dada pelo Ato Normativo nº 21/2013: planejamento da audiência, preparação de equipamentos, recepção, apresentação do protocolo, acolhimento (ou *rapport* inicial), recriação do contexto, narrativa livre, perguntas de esclarecimento, contato com a sala de audiência para esclarecimento final, fechamento da entrevista e finalização do depoimento especial.<sup>130</sup>

O encadeamento das etapas ocorre da seguinte forma: o procedimento se inicia com a consulta do entrevistador aos autos em busca de elementos que lhe auxiliarão na coleta do testemunho. Em seguida, as salas de audiência e de escuta são preparadas para receber os envolvidos, com a conferência dos ambientes físicos, dos equipamentos disponíveis e de eventuais materiais a serem utilizados. Com tudo preparado, a recepção é realizada na hora anterior à audiência e é composta por avaliações sobre as condições cognitivas e emocionais da criança, bem como por esclarecimentos e orientações do entrevistador ao participante e ao seu responsável sobre o depoimento especial. Ato contínuo, o técnico facilitador explica o protocolo da escuta, especificando as fases da entrevista cognitiva e o momento de interação entre as salas de audiência e especial.<sup>131</sup>

Finda essa etapa, um segundo integrante da equipe interdisciplinar assume a execução do protocolo e faz o primeiro contato da criança ou adolescente com a sala de escuta, onde realizarão as etapas seguintes, começando pelo acolhimento ou *rapport* inicial (art. 2º, § 2º, do Ato Normativo Conjunto nº 09/2012). Ainda com os aparelhos de vídeogravação desligados, o entrevistador deve construir uma atmosfera agradável com perguntas abertas e

---

<sup>130</sup> Ibid., p. 15-17.

<sup>131</sup> Ibid., p. 115-16.

não relacionadas ao fato denunciado, cujas respostas indicarão o nível de linguagem e de narrativa do entrevistado.

Ao ativar o equipamento, o profissional deverá sinalizar ao entrevistado o início da gravação e se certificar de que o depoente tenha compreendido seus direitos previamente informados. Após a confirmação, inicia-se a recriação do contexto, a fim de resgatar as memórias sobre o evento tratado. Já imersos no assunto, emprega-se a técnica da Entrevista Cognitiva, que consiste no encorajamento para que a criança relate o fato livremente, sem interrupções, exercendo um papel ativo no processo.<sup>132</sup>

Ao fim do relato livre, o técnico pode solicitar informações adicionais, caso ainda haja aspectos que mereçam maiores esclarecimentos. Nessa etapa, deve-se utilizar perguntas abertas, sempre respeitando as condições de desenvolvimento e vulnerabilidade do depoente. O procedimento segue com a participação dos presentes na sala de audiências, que terão suas perguntas ouvidas pelo juiz e transmitidas ao entrevistador por meio de ponto eletrônico auricular (ou telefone, em caso de falha do primeiro). Cabe ao profissional especializado compatibilizar as perguntas à capacidade cognitiva do participante e estabelecer limites tendo em vista sua integridade e bem-estar. Por conseguinte, tem autonomia para vetar perguntas repetitivas, constrangedoras, dotadas de julgamentos morais ou que possam acarretar prejuízos emocionais.<sup>133</sup>

Após os esclarecimentos, o entrevistador retoma a técnica de *rappport*, afastando-se do foco da audiência e direcionando a conversa para assuntos cotidianos, enquanto encerra a transmissão e a gravação. Por fim, o entrevistador agradece ao jovem pela participação e se informa com o responsável sobre as consequências da denúncia na dinâmica familiar. A partir da resposta, será avaliada a necessidade de encaminhamento a programas de proteção e de assistência a vítimas e familiares, especialmente quando estejam sob ameaça, sem prejuízo de outras medidas de proteção consideradas adequadas.<sup>134</sup>

Uma vez realizado o depoimento, não é recomendável que seja repetido. Deste modo, é imprescindível a comunicação de dados e relatos entre os integrantes da rede de proteção.

---

<sup>132</sup> Ibid., p. 16.

<sup>133</sup> Ibid., p. 17.

<sup>134</sup> Ibid., p. 17.

Atenta a essa necessidade, a Direção da DIATI organizou reuniões incluindo diversos membros dessa rede, que resultaram no surgimento da Comissão Interinstitucional da Criança e do Adolescente Vítila do Estado do Rio de Janeiro (CICAV) em 2018. O grupo tem como objetivo organizar o fluxo de atendimentos à vítima desde a denúncia até seu depoimento no Judiciário, visando à não repetição do relato perante diversos órgãos, à preservação das lembranças do evento, à redução do sofrimento psicológico da vítima e/ou testemunha e ao aprimoramento da qualidade da prova produzida em juízo. Para viabilizar essa articulação, o grupo tem composição diversificada, contando com o próprio Tribunal, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Polícia Civil (Delegacia da Criança e Adolescente Vítila – DCAV), a Secretaria Estadual de Saúde, a OAB, entre outros.<sup>135</sup>

Ocorre que o crescente interesse pela área no meio jurídico implicou um número de demandas desproporcional à infraestrutura existente para o seu atendimento. A título ilustrativo, até novembro de 2018 – seis anos após a institucionalização do procedimento no TJ-RJ –, o Núcleo de Depoimento Especial contava com apenas três salas, localizadas em Madureira, em Teresópolis e no Fórum Central, para auxiliar todo o Estado.<sup>136</sup> Diante desse cenário, foram necessárias ações integradas de gestão de recursos para reorganizar os trabalhos e contemplar o maior número possível de comarcas.<sup>137</sup>

Com esse objetivo, a CGJ/DIATI apresentou, por meio do procedimento administrativo nº 2018-92920, um Plano de Gerenciamento de Projeto ao Departamento de Gestão Estratégica (DEGEP), que culminou na conquista de novos espaços destinados à diligência<sup>138</sup>. Em 29 de novembro de 2018, foram inauguradas nove salas, alocadas nos fóruns de Duque de Caxias, Volta Redonda, Cabo Frio, Bangu, Teresópolis, Campos de Goytacazes, Itaperuna e Alcântara.<sup>139</sup> Importante elucidar que a escolha desses locais não foi aleatória e teve como objetivo “ampliar o atendimento às comarcas adjacentes visando o melhor aproveitamento pela distribuição regionalizada [...] considerando ainda os limites de gastos com a Lei de Responsabilidade Fiscal”.<sup>140</sup>

---

<sup>135</sup> Ibid., p. 22.

<sup>136</sup> Ibid., p. 20.

<sup>137</sup> Ibid., p. 23.

<sup>138</sup> Ibid., p. 20.

<sup>139</sup> TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Op. cit.

<sup>140</sup> LEVY, Sandra Pinto. Op. cit., p. 23

Outra medida adotada visando ao aparelhamento do Sistema de Justiça para uma prestação jurisdicional mais eficiente foi a criação do Serviço de Apoio ao Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência (SEADE). Em funcionamento desde 2018, o Serviço concentra as demandas administrativas relacionadas ao depoimento especial, em razão da escassa estrutura administrativa do NUDECA para, simultaneamente, gerir e executar os depoimentos. Deste modo, tem como principais atribuições apoiar e preparar o depoimento especial, apoiar e promover eventos de capacitação continuada para os entrevistadores, apoiar-los na realização do Depoimento Especial e manter cadastro de Entrevistadores com suas respectivas lotações<sup>141</sup>.

Quanto ao rol de atividades a serem desempenhadas pelo SEADE, especial atenção se volta, no momento, à necessidade de suprir a deficiência do quadro de profissionais interdisciplinares capacitados em Entrevista Cognitiva. Isso porque, atualmente, o NUDECA depende da disponibilidade desses servidores, já sobrecarregados com suas demandas típicas, para o agendamento dos depoimentos especiais. Segundo Sandra Levy<sup>142</sup>, a situação seria amenizada pela criação de um quadro próprio de Entrevistadores para o Núcleo, com a adoção de critérios mais coerentes para organizar o suporte às salas.<sup>143</sup> A título exemplificativo:<sup>144</sup>

A premissa de que nem todas as varas terão salas exclusivas para o depoimento especial, associado ao número insuficiente de servidores interdisciplinares, ensejou a percepção da necessidade de estabelecimento de Equipes de Entrevistadores por Região, com atribuição de atender mais de uma serventia. Portanto, almeja-se que cada região possua sua equipe própria de Entrevistadores dispostos em normativa organizada pelo SEADE.

Diante do exposto, é inegável a persistência de questões a serem aprimoradas para proporcionar um maior número e melhor qualidade de atendimentos prestados a crianças ou adolescentes submetidos ao Sistema de Justiça. Não obstante, o resultado dos esforços empreendidos para a superação desses aspectos já é notável, considerando a expressiva progressão – notadamente entre 2018 e 2019, após a inauguração das novas salas – do número de depoimentos efetivados (anexo 2).

<sup>141</sup> TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Serviço de apoio ao núcleo de depoimento especial**. Disponível em <<http://cgj.tjrj.jus.br/servi%C3%A7o-de-apoio-ao-n%C3%BAcleo-de-depoimento-especial>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

<sup>142</sup> LEVY, Sandra Pinto. Op. cit., p. 24.

<sup>143</sup> Ibid., p. 24.

<sup>144</sup> Ibid., p. 25.

## 4.2. Dificuldades na implementação da teoria

Como visto nos capítulos anteriores, a Lei nº 13.431/2017 tornou obrigatória a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência por meio do Depoimento Especial. No entanto, apesar das diversas vantagens exploradas – exercício do direito de participação, incluído no seu direito a ser integralmente protegido, auxílio na produção probatória e eventual responsabilização do suposto agressor –, diversas críticas foram direcionadas ao procedimento e a sua aplicação prática.

No início, viu-se que o legislador optou por elencar as situações que ensejam a aplicação da metodologia, a fim de contemplar variadas de formas de violência existentes. Deste modo, o art. 4º da Lei fixou um extenso rol que reconhece as violências física, psicológica, sexual e institucional<sup>145</sup>. Porém, a abrangência de situações abarcadas pelo dispositivo não ficou imune a críticas.

Segundo Nota Técnica sobre o exercício profissional de assistentes sociais e as exigências para execução do Depoimento Especial expedida, em 2018, pelo Conselho Federal de Serviço Social, “as situações nominadas e conceituadas são diferentes pela sua natureza,

---

145 Art. 4º: Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência: I - violência física, entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico; II - violência psicológica: a) qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática ( **bullying** ) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional; b) o ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este; c) qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha; III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda: a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro; b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico; c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação; IV - violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização.

pelas causas que as geram, pela forma como impactam a vida dos sujeitos singulares e coletivos e pelas formas como podem ser enfrentadas”.<sup>146</sup>

Aponta o documento que a crítica supracitada implicaria duas conclusões: a primeira diz respeito à total ignorância quanto às diferenças e aos impactos de cada uma dessas violações na vida de crianças e adolescentes; a segunda se refere à ineficácia do uso de mecanismos repressivos como solução prioritária em uma sociedade marcada por diversas formas de opressão, baseadas em classe, raça, gênero e faixa etária.

Para melhor abordar esse ponto, reporta-se à Nota Técnica expedida em 2019, pelo mesmo Conselho, sobre a escuta especializada. No texto, são comparadas algumas espécies de violência elencadas pelo legislador, indicando a discrepância existente, inclusive, dentro de um mesmo inciso. Nesse contexto, distingue as práticas de exploração sexual comercial (art. 4º, III, b, Lei nº 13.431/2017) e tráfico de pessoas (art. 4º, III, c, Lei nº 13.431/2017), esclarecendo que

São fenômenos completamente diferentes: o primeiro se relaciona com situações que envolvem o debate da violência intrafamiliar ou doméstica; já a segunda situação se conecta à existência de um mercado estruturado de exploração de crianças e adolescentes. Desse modo, as respostas a cada uma dessas situações de violência pode envolver respostas diversas e cuidados diferenciados.<sup>147</sup>

As afirmações são pertinentes ao chamarem atenção para as peculiaridades que devem ser observadas na formulação de políticas de enfrentamento a essas condutas. Todavia, precipitam-se ao concluir que a grande extensão de hipóteses previstas seria, exclusivamente, um retrato dos anseios persecutórios do Estado, reduzindo o depoimento especial a uma ferramenta meramente instrumentalizadora e punitiva.

Importante destacar que a reprodução de análises dessa espécie a respeito do tema tornou frequentes as manifestações nesse sentido, especialmente entre psicólogos e assistentes sociais. Alega-se que o Estado realiza escolhas alocativas priorizando a responsabilização do agressor em detrimento da redução de danos sofridos pela criança ou adolescente. Sob esse viés, o depoimento especial é concebido como uma forma moderna de inquisição que

<sup>146</sup> CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL **Nota Técnica sobre o exercício profissional de assistentes sociais e as exigências para execução do Depoimento Especial**. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/depoimento-especial-notatecnica2018.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

<sup>147</sup> Ibid. p. 04.



corroborar a negligência estatal em face das consequências do abuso, que seriam menosprezadas pelo Poder Público.<sup>148</sup>

Alinhados a essa linha de raciocínio que vislumbra apenas uma função inquisitória na metodologia especializada, diversos autores afirmam<sup>149150</sup> que inquirir a criança para fins de produção probatória e de elevação do número de condenações, por si só, já a expõe a uma nova forma de violência. Isso porque permite que reviva a situação traumática, reforçando os danos previamente sofridos e produzindo uma dupla vitimização: ao passo que a primeira violência foi sexual, a segunda é psicológica, pois espera-se que a materialidade, que deveria ser demonstrada por peritos capacitados e especializados, seja trazida aos autos por meio do seu depoimento.

Tal visão é corroborada pelo Conselho Federal de Serviço Social, que condenou a nomenclatura “depoimento sem dano”, utilizada no início da experiência brasileira com o procedimento. Aduz o órgão que “a revitimização não pode ser reduzida apenas à forma como se colhe uma informação (uma metodologia) e ao fato de lembrar um momento doloroso (reconstituição da cena do crime)”. Trata-se de afirmação plausível, levando em conta os possíveis efeitos extrajudiciais da sua participação no processo. Nesse sentido<sup>151</sup>:

Considerando que mais da metade das situações de violência sexual acontece no âmbito familiar, é necessário compreender que a revitimização está relacionada com o lugar em que a criança e/ou adolescente é colocado/a, sendo inserido/a no processo penal como principal responsável pela condenação ou absolvição de uma pessoa que, na maioria das vezes, lhe é próxima, que faz ou fez parte da sua história, de uma referência pessoal formada em seus poucos anos de vida [...] E, ainda, é necessário sublinhar que as repercussões de sua participação nas audiências - como vítima e como principal meio de prova - não se limitam ao momento da oitiva/depoimento, mas podem operar sobre sua vida antes, durante e depois da realização deste procedimento.

O lugar em que a criança e/ou adolescente é colocado/a traz graves implicações para toda sua vida, pois abala a sua condição enquanto membro da família. Caso a sentença seja condenatória, poderá se sentir responsável pelo encarceramento de um de seus pais ou de outros entes familiares, ou se sentir discriminado/a pelas pessoas ao seu redor, que a responsabilizam por tal ato. Por outro lado, caso a sentença seja

<sup>148</sup> ALEIXO, Klelia Canabrava. A extração da verdade e as técnicas inquisitórias voltadas para a criança e o adolescente. In: Conselho Federal de Psicologia. **Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção – Propostas do Conselho Federal de Psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1. ed. 2009, p. 116.

<sup>149</sup> AZAMBUJA, Maria Regina Fay. **A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção**. Brasília: CFP, 2010.

<sup>150</sup> ARANTES, Esther Maria Magalhães. **Inquirição judicial de crianças: um debate necessário**. Disponível em <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Inquiricao-Judicial-de-Crianças.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2019, p. 28-29.

<sup>151</sup> CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Op. cit., p. 13-14.



pela absolvição, poderá se ver julgada/o como alguém que produziu uma mentira de graves proporções.

Apesar de o posicionamento exposto ser aplicável, guardadas as devidas proporções, a todas as outras violações abarcadas pela legislação, justifica-se a ênfase atribuída aos casos de assédio ou abuso sexual intrafamiliar. Isso porque são, simultaneamente, a maior causa da demanda pelo depoimento especial e a hipótese em que a oitiva apresenta maior risco de gerar novos traumas à vítima, considerando a quebra de expectativa em relação a alguém que tinha o dever de protegê-la.

No entanto, é possível visualizar as consequências extrajudiciais do depoimento sob uma ótica diferenciada. Se, por um lado, a experiência como testemunha pode gerar sofrimento à criança; por outro, viabiliza que a mesma oitiva, ocorrida em momento único, seja empregada além do processo judicial, incidindo nos desdobramentos que atingem diretamente a sua rotina. Essa possibilidade facilita a tomada de providências fundamentais para o seu bem-estar, que variam conforme o caso concreto. Pode-se cogitar, por exemplo, a aplicação de medidas protetivas, a suspensão ou destituição do poder familiar, a tutela, entre outros.

Isso posto, fica claro que a contestação dos raciocínios descritos no início deste tópico não tem qualquer pretensão de subestimar as repercussões emocionais da violência na vida de crianças e adolescentes. Ao contrário: tamanha é a relevância atribuída a esse fator que se justifica a aplicação do depoimento especial não como medida excludente, mas sim complementar às ações preventivas e reparadoras de danos produzidos a sujeitos vulneráveis.

O que se almeja é demonstrar a faceta restauradora do depoimento especial, que reside no seu condão de devolver a autoestima e a confiança de sujeitos fragilizados, por meio do estímulo à sua participação e da valorização do seu relato. Desta forma, são levados de volta à posição de sujeitos de direito com poder de influenciar as decisões que lhes digam respeito. É indiscutível que isso deve se dar mediante todas as cautelas necessárias para reduzir o latente risco de revitimização. No entanto, tal anseio protetivo jamais pode ser utilizado como pretexto para inviabilizar sua liberdade de manifestação.

Quanto aos mecanismos reconhecidamente necessários para assegurar o respeito à condição de desenvolvimento e ao estado psicológico da vítima ou testemunha, destaca-se a ação integrada de diversos atores. No que se refere a esse trabalho coordenado, é importante lembrar que o ECA (bem como as demais normativas regulamentadoras do depoimento especial), vigente há mais de 20 anos, prevê que a intervenção em prol dos direitos das crianças deve ocorrer de forma interdisciplinar, em todos os segmentos da sociedade (justiça, educação, saúde, proteção). Não obstante, o que ainda se percebe é que grande parte dos profissionais da rede de proteção atua isoladamente, sem interseções significativas com outras áreas do conhecimento<sup>152</sup>, conforme se depreende do cenário delineado a seguir.

Um dos meios intentados para a dissolução dessas barreiras, visando a um atendimento mais humanizado e qualificado, foi o recrutamento de psicólogos e assistentes sociais para atuarem como profissionais facilitadores do depoimento. Não obstante, o que se verificou durante toda a trajetória de incorporação da metodologia foi a resistência dos Conselhos Federais de Psicologia e de Serviço Social em autorizar a participação das respectivas classes no procedimento.

Os dois órgãos afirmavam atuar, cada um à sua maneira, no acolhimento a vítimas e testemunhas tendo como base a escuta, ao passo que a tomada do depoimento seria tarefa eminentemente inquisitória, fugindo às suas atribuições legais. Compartilhavam, ainda, a preocupação de que a diligência lhes retirasse a autonomia profissional, impondo uma atuação como meros tradutores subordinado às ordens do juiz. Por fim, partilhavam a visão dicotômica segundo a qual políticas preventivas de conscientização estariam sendo substituídas pelo depoimento especial.

Em razão das posições adotadas, chegou-se a instituir uma proibição ao exercício da atividade atribuída aos referidos profissionais. Contudo, a vedação foi anulada por decisões judiciais e definitivamente superada em 2017, com a promulgação da Lei nº 13.431. Ainda assim, os Conselhos reiteram, até os dias atuais, suas divergências ideológicas em relação ao depoimento, conforme explorado no item 3.2.

---

<sup>152</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Op. cit., 2014, p. 264.

Hoje, uma questão a ser aperfeiçoada para o melhor aproveitamento desses profissionais interdisciplinares é a ausência, assim como se constatou na Argentina (vide item 2.1), de um programa unificado e continuado de especialização na temática. No entanto, é cada vez mais frequente o surgimento de cursos preparatórios esparsos que têm como objetivo a sensibilização e capacitação de entrevistadores. Destaca-se o oferecido na modalidade de ensino à distância pelo CNJ, contando com conteúdos interativos, textos, vídeos temáticos, fóruns de debate, estudos de caso e questionários de avaliação<sup>153</sup>.

Desde a institucionalização do depoimento especial, o registro audiovisual da entrevista vem sendo admitido como elemento suficiente para a instrução do inquérito, a fim de evitar a repetição da oitiva por outros profissionais, como policiais e conselheiros tutelares. Porém, estes ainda dispõem da prerrogativa de fazê-lo e, muitas vezes, o fazem.<sup>154</sup>

Diante disso, embora o modelo interdisciplinar seja pressuposto básico para o êxito na oitiva e na proteção de crianças e de adolescentes, o que existe, atualmente, é um sistema de justiça ainda multidisciplinar “em que cada qual sabe pouco ou nada conhece das demais atividades que estão sendo empreendidas para o mesmo fim”.<sup>155</sup> Nesse contexto, em 2018, estimou-se que crianças e adolescentes poderiam ter que relatar o ocorrido até oito vezes até que seu depoimento fosse validado como prova<sup>156</sup>, afastando a prática do relato único preconizado pela Lei nº 13.431/2017.

A estimativa é preocupante, porque expõe uma realidade que contribui, inegavelmente, para a contaminação do relato, assim como o emprego de perguntas e técnicas inadequadas ao nível de maturidade do entrevistado. Quanto mais a criança é obrigada a repetir o testemunho, maior a possibilidade de surgirem contradições em suas lembranças sobre o evento investigado. Da mesma forma, quanto maior o tempo decorrido entre a revelação do fato até a oitiva, maior é a chance de comprometer a consistência e a capacidade de recuperação dos registros de memória.<sup>157</sup>

---

<sup>153</sup> BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Depoimento especial e a escuta de crianças no sistema de justiça**. Disponível em <<https://www.cnj.jus.br/formacao-e-capacitacao/depoimento-especial-e-a-escuta-de-criancas-no-sistema-de-justica/>>. Acesso em: 09 set. 2019.

<sup>154</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos; et al. Op. cit., 2017, p. 192.

<sup>155</sup> Ibid., p. 263.

<sup>156</sup> Ibid., p. 340.

<sup>157</sup> Ibid., p. 331.

Para superar tal impasse, é necessário compreender que a garantia de proteção efetiva, diante da complexidade das circunstâncias instaladas, demanda abordagem muito mais ampla e eficiente do que as diversas áreas do conhecimento podem oferecer sozinhas. Sendo assim, deve-se aceitar que a intervenção do Estado na vida desses sujeitos vulneráveis não se inicia e nem se encerra com a realização do depoimento especial. Nesse sentido,

Importante destacar que, mesmo que o Sistema de Justiça disponha de um corpo técnico capaz de efetuar a coleta do depoimento especial, será necessário promover a já mencionada articulação com a “rede de proteção” à criança e ao adolescente local, seja para que, quando necessário e o caso recomendar, esta realize a escuta especializada, seja para que, em qualquer caso, promova (desde sempre) todo atendimento de cunho “protetivo” que as vítimas/testemunhas e suas famílias porventura necessitem, de forma harmônica com o procedimento policial/processo judicial.<sup>158</sup>

Diante disso, Santos *et al.*<sup>159</sup> esclarece que esforços vêm sendo empreendidos para a “implementação de um protocolo institucional de atuação conjunta entre os profissionais que compõem toda a rede de proteção infantil, polícia e operadores do sistema de justiça”. Um exemplo do avanço em direção a essa tendência foi a criação, em 2018, da Comissão Interinstitucional da Criança e do Adolescente Vítima do Estado do Rio de Janeiro (CICAV), explicada em maiores detalhes no tópico 4.1.

Após direcionar todo o foco do estudo aos esforços empreendidos para assegurar o respeito ao estado de desenvolvimento de crianças e adolescentes submetidas ao Poder Judiciário, não se pode perder de vista as garantias processuais do acusado. Entre elas, destacam-se os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, que lhe asseguram a prerrogativa de participar da produção da prova testemunhal e, consequentemente, de influir no livre convencimento do magistrado quanto à resolução da lide.

A primeira consequência do reconhecimento desses direitos é a impossibilidade de substituir o depoimento da vítima por laudos psiquiátricos ou psicológicos, pois prescindem da observância das mencionadas garantias. Não cabe ao perito solucionar o processo, mas sim ao juiz, a partir dos elementos probatórios produzidos em juízo com a participação das partes.

---

<sup>158</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Op. cit., p. 41.

<sup>159</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos; et al. Op. cit., 2017, p. 340.

Isso significa que, além de direito do réu, o cumprimento dessas regras processuais é pressuposto para a validade da prova produzida.<sup>160</sup>

Um segundo desdobramento é o direito – também assegurado à parte autora, assim como o contraditório – à assistência técnica para a adequada defesa de seus direitos. Nos termos do artigo 133 da Constituição Federal, “o advogado é indispensável à administração da justiça [...]”. Logo, incumbe a ele perseguir a verdade dos fatos. No âmbito de processo judicial visando à responsabilização por um ato de violência contra criança ou adolescente, tal encargo é facilitado ao assistente da acusação, junto ao Ministério Público. Em sentido oposto, encontra-se em situação delicada o patrono responsável pela defesa do réu.<sup>161</sup>

Dividido entre a doutrina da proteção integral e os interesses de seu cliente, é comum que o advogado nesta posição (particular ou defensor público) tente não creditar ou desqualificar os testemunhos de crianças e adolescentes, muito embora diversos estudos demonstrem que eles raramente mentem sobre abusos sofridos, salvo quando sob forte coação<sup>162</sup>. Nesse panorama, é necessário elucidar a ética que deve orientar o desempenho de suas funções. Conforme perfeitamente descrito por Santos, Gonçalves e Vasconcelos<sup>163</sup>:

Ao agir dentro da ética e com vistas à efetivação da justiça está-se, em verdade, no caminho da efetivação da doutrina da proteção integral por meio do respeito aos direitos fundamentais da criança e do adolescente. A tomada de depoimento cuidadosa e com limites claros brinda à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e em dupla vulnerabilidade pelo ato criminoso infligido [...] Na condição de assistente da acusação, esse papel é facilitado, porém, quando da sua atuação como defesa do suposto abusador, o compromisso com a verdade dos fatos poderia restar prejudicada não fosse o primeiro compromisso assumido com a ética. É dizer, o advogado pautado pela ética não é obrigado a incriminar o seu cliente por meio da produção de provas contra ele. Neste caso, a verdade, quando constatado o abuso, não deve ser obstada. Figura, assim, o compromisso com o cliente ao final da lista. O advogado que atua na defesa de suposto abusador não deve buscar a manipulação do depoimento de modo a inocentar o seu cliente, mas sim proporcionar-lhe um julgamento justo, respeitados o contraditório e a ampla defesa. É nesse sentido que deve se pautar. Mais que isso, é preciso que o advogado, quando da garantia do contraditório e da ampla defesa dos litigantes, paute-se pelos mais elevados padrões éticos, sem nunca esquecer o interesse maior tutelado: o fundamental direito da criança e do adolescente a se desenvolverem sem medos, sem traumas e sem as marcas cruéis da revitimização.

<sup>160</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Op. cit., 2014, p. 254.

<sup>161</sup> Ibid., p. 244.

<sup>162</sup> Id. Op. cit., 2017, p. 323.

<sup>163</sup> Id. Op. cit., 2014, p. 244-245.

Cumprê destacar que as mesmas ressalvas éticas valem para o Ministério Público no exercício da função de órgão acusador, com particular interesse na obtenção de uma sentença condenatória. No caso do *Parquet*, deve-se ter em mente que, antes de ser titular da ação penal pública, é fiscal da lei. Deste modo, cabe a ele ponderar a pretensão de responsabilizar o suposto agressor à luz do dever de proteção à vítima, inclusive em seus aspectos emocionais.<sup>164</sup> Logo, o direito da criança ou adolescente a não ser inquirido contra a sua vontade e a percepção de constrangimento ou maior sofrimento diante da apuração representam limites impostos à função do acusador.<sup>165</sup>

Existem, ainda, impasses que se projetam além do procedimento a ser seguido na realização da diligência. Ressalta-se, nesse respeito, a ausência de ferramentas de acompanhamento durante e após a participação no depoimento especial, obstando a compreensão do impacto exato da tomada de depoimento, do contato com o sistema de justiça e da experiência com a videogravação em suas vidas.<sup>166</sup> Quanto as estatísticas a nível institucional, o cenário corresponde à invisibilidade de sistemas consistentes de análise voltados à incorporação das medidas facilitadoras do depoimento infantil. Esse escasso controle dificulta o estabelecimento de um perfil entre os casos, agressores e vítimas atendidos, bem como prejudica a verificação da influência da nova metodologia, de forma detalhada, no resultado dos processos.<sup>167</sup>

Por fim, é necessário reconhecer que, apesar da significativa expansão da metodologia no país, o período de um ano de *vacatio legis* fixado pelo legislador revelou-se insuficiente para o aparelhamento dos Tribunais. Isso porque, além dos impasses enfrentados pelas comarcas que já executam o procedimento, existem localidades que, até hoje – decorridos quase dois anos de vigência Lei nº 13.435/2017 – ainda não se encontram equipadas para a realização da oitiva, implicando a regionalização do atendimento.<sup>168</sup>

---

<sup>164</sup> Ibid., p. 255.

<sup>165</sup> Ibid., p. 256.

<sup>166</sup> Id., Op. cit., 2017, p. 206.

<sup>167</sup> Ibid., 2017, p. 349.

<sup>168</sup> BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório analítico propositivo Justiça Pesquisa**. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/69f98306e01d7a679720c82bf016b8ea.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2019.

## CONCLUSÃO

As mudanças paradigmáticas que culminaram na doutrina da proteção integral impuseram o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito na ordem jurídica, aos quais é intrínseco o direito de livre manifestação. Mais do que isso, foi-lhes assegurado atendimento prioritário e compatível com sua peculiar condição de pessoas em desenvolvimento.

Ocorre que essas previsões não correspondem ao que se verifica, diariamente, nas relações sociais, marcadas por opressões históricas que submetem os jovens a violações de diversas formas. Nesse cenário, as dificuldades relativas à identificação, à denúncia e à comprovação das violências sofridas – sejam elas de ordem física, psicológica, sexual ou institucional – tornaram inevitável a interpretação extensiva da liberdade de expressão de menores de 18 anos. Contudo, esse alargamento para legitimar a participação em processos judiciais de seu interesse exigiu atenção aos aspectos da experiência que poderiam causar novo sofrimento à vítima ou testemunha.

Emergem, nesses casos, duas pretensões paralelas: o êxito na responsabilização do agressor promovida pelo Estado e a restauração, à medida do possível, do *status quo ante* em relação à vítima. Nesse contexto, frente à necessidade aparentemente contraditória de compatibilizar as duas demandas, deve-se ter em mente que é vedada a instrumentalização de crianças e adolescentes como mera fonte de provas a serviço da persecução desenfreada ao suposto agressor. Por outro lado, não se pode impedir a sua participação voluntária, que pode representar um meio de restabelecer sua autonomia e sua convicção de que suas experiências e relatos são relevantes.

Desta forma, o Projeto Sem Dano (posteriormente denominado Depoimento Especial) surgiu da demanda por práticas não revitimizantes, a fim de garantir, simultaneamente, o adequado acolhimento e a eficiente oitiva desses sujeitos vulneráveis. Munida desse propósito, a metodologia impulsionou drásticas mudanças na forma de ouvir crianças e adolescentes no Brasil. Isso porque, além de sensibilizar o Poder Judiciário acerca dos traumas sofridos pelos jurisdicionados, manejou a articulação de setores diversos, que passaram a utilizar seus respectivos arcabouços teóricos em harmonia com os demais, visando ao adequado desfecho da denúncia.

Dada a sensibilidade do assunto, constatou-se que a dificuldade de recordação é uma questão de acessibilidade e não de armazenamento. Trata-se, portanto, de “perda de informação na memória e não perda de informação da memória”. Em resposta a essa percepção, as estratégias de entrevista cognitiva passaram a ser utilizadas como ferramentas para potencializar a evocação de vítimas e testemunhas, priorizando o seu relato livre sobre os fatos.<sup>169</sup>

Assim, a análise da abordagem empreendida, atualmente, pelo Sistema de Justiça em relação às denúncias de violência contra crianças e adolescentes, seja em processos autônomos ou no âmbito de uma ação preexistente (como a alegação de alienação parental em uma ação de guarda), transpareceu a seriedade dedicada ao trato da questão. Mediante o compromisso do Judiciário em considerar as memórias, medos e percepções da criança na apreciação da demanda, a participação no depoimento especial pode ser útil para restaurar sua autoestima e sua autoconfiança.

Seguindo esse raciocínio, desconstruiu-se a premissa inicial da existência de contradição entre os fatores proteção, autonomia e responsabilização. Verificou-se que esses elementos são, em verdade, complementares para a sua plena realização. Isso porque a proteção integral abrange o direito a receber uma prestação jurisdicional adequada, em cujo resultado o seu titular possa influenciar ativamente. Ao mesmo tempo, o mandamento constitucional de resguardar crianças e adolescentes de toda forma de violência, crueldade e opressão impõe limites à entrevista, impedindo que sejam preteridos em detrimento da função persecutória estatal.

Por fim, em que pesem as dificuldades enfrentadas na incorporação do procedimento, além das ressalvas expostas acerca da metodologia, os resultados obtidos com a sua aplicação têm sido majoritariamente positivos em comparação ao rito tradicional. Diante de tal êxito, decorrente de todo o arcabouço teórico que fundamenta o depoimento especial, não restam dúvidas quanto ao caminho para o equilíbrio entre escuta e inquirição, qual seja: a primazia do princípio do melhor interesse da criança, à luz da doutrina da proteção integral.

---

<sup>169</sup> SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Op. cit., 2014, p. 250.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEIXO, Klelia Canabrava. A extração da verdade e as técnicas inquisitórias voltadas para a criança e o adolescente. *In*: Conselho Federal de Psicologia. **Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção – Propostas do Conselho Federal de Psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1. ed. 2009.

ARANTES, Esther Maria Magalhães. **Inquirição judicial de crianças: um debate necessário**. Disponível em <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Inquiricao-Judicial-de-Crianças.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BARROS, Guilherme Freire de Melo. **Direito da criança e do adolescente**. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, v. 49, n° 27, 2011.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório analítico propositivo Justiça Pesquisa**. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/69f98306e01d7a679720c82bf016b8ea.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas**. Disponível <<https://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/violencia-contra-criancas-e-lescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2019.

CALDERÓN, Ricardo. **Princípio da afetividade no Direito de Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. *In*: CHAUÍ, Marilena; PAOLI, Maria Celia (Org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, n. 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção**. Disponível em <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/02/escutFINALIMPRESSO.pdf>> Acesso em: 27 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção – Propostas do Conselho Federal de Psicologia.** Disponível em [http://www.crpsp.org.br/porta1/comunicacao/cd/pdfs/cfp\\_falando\\_serio.pdf](http://www.crpsp.org.br/porta1/comunicacao/cd/pdfs/cfp_falando_serio.pdf)>. Acesso em 12 jul. 2019.

COPI, Lygia Maria. Entre representação e autonomia: o exercício de direitos da personalidade por crianças e adolescentes. *In*: TEPEDINO, Gustavo; et al. (Coord.). VI Congresso do Instituto Brasileiro de Direito Civil. **Anais**. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

CRUZ, Elisa. **Defensoria deve impor o respeito aos direitos de crianças e adolescentes.** Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-jan-14/elisa-cruz-defensoria-impor-respeito-aos-direitos-infantis>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

COMMITTEE ON THE RIGHTS OF THE CHILD. **Convention on trhe rights of the Child. Committee on The Rights of the Child. Fifty-first session.** Geneva, 25 may-12 jun. 2009.

DOBKE, V. **Abuso sexual: a inquirição das crianças – uma abordagem interdisciplinar.** Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

LEVY, Sandra Pinto. **Histórico do Depoimento Especial no TJRJ.** Rio de Janeiro, 2019.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias.** 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Comentários à Lei nº 13. 431/2017.** Disponível em <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/lei\\_13431\\_comentada\\_jun2018.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/lei_13431_comentada_jun2018.pdf)>. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná, 2018.

PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar.** 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SANCHES, Helen Crystine Corrêa; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Justiça da criança e do adolescente: da vara de menores à vara da infância e da juventude.** 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

SANCHES, Leide da Conceição; et al. Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. *Revista Iberoamericana de Bioética*, Madrid, n. 09, 2019.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos, et al. **Crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual: metodologias para tomada de depoimento especial**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

\_\_\_\_\_. **Cartografia nacional das experiências alternativas de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes em processos judiciais no Brasil: o estado da arte**. São Paulo: Editora da Universidade Católica de Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. **Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes**. Brasília, DF: Editora da Universidade Católica de Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_; GONÇALVES, Itamar Batista. **Depoimento sem Medo (?). Culturas e Práticas Não-Revitimizantes. Uma Cartografia das Experiências de Tomada de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes**. 1. ed. São Paulo: Childhood Brasil, 2008.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

REPORT OF THE INDEPENDENT EXPERT FOR THE UNITED NATIONS STUDY ON VIOLENCE AGAINST CHILDREN. **United Nations General Assembly. Sixty-first session**. New York, 29 ago. 2006.

ROCHA, Maria Isabel de Matos. “Depoimento Especial” de crianças e adolescentes vítimas de violência: a experiência no Mato Grosso do Sul. **Revista IBDFAM – Família e Sucessões**, Belo Horizonte, 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Ato Executivo nº 4.297/2012**. Disponível em <[http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo\\_sophia=161851&integra=1](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=161851&integra=1)>. Acesso em: 23 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Cartilha Subjetividade, Ética e Produtividade, Encontro dos Psicólogos do TJRJ**. Disponível em <<http://www.tjrj.jus.br/documents/1017893/1087820/Cartilha+Atividade+Etica+e+Produtividade+ok.pdf/6f07b251-4442-65ef-01e7-55bdf5342788>>. Acesso em 09 set. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA. **Depoimento especial, criado no RS, agora é lei em todo Brasil**. Disponível em <<https://www.tjrr.jus.br/cij/index.php/noticias/552-depoimento-especial-criado-no-rs-agora-e-lei-em-todo-o-brasil>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. **A Familiar Face: Violence in the lives of children and adolescents**. New York, UNICEF, 2017.

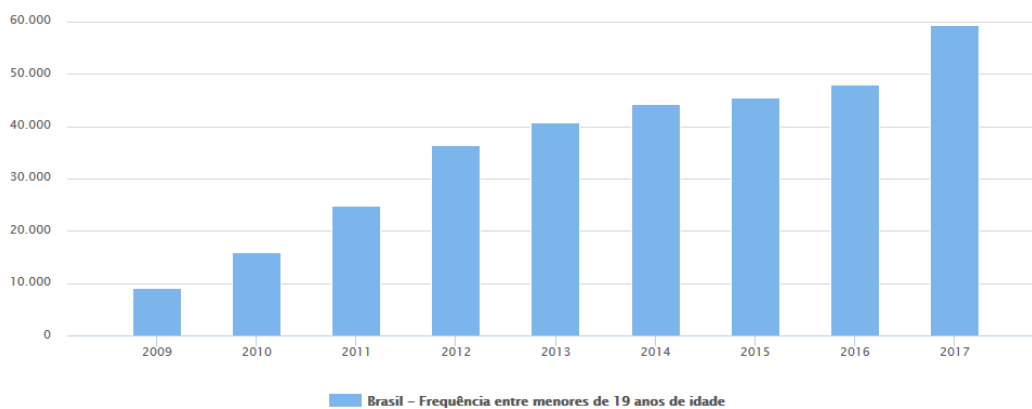
UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. **ECOSOG Resolution 2005/20: Guidelines on Justice in Matters involving Child Victims and Witnesses of Crime**. Disponível <<https://www.un.org/en/ecosoc/docs/2005/resolution%202005-20.pdf>>. Acesso em 11 set. 2019.

VIRGENS, Eufrásia Maria Souza das. **Precisamos falar da violência contra crianças e adolescentes**. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2017-jan-28/eufrasia-virgens-preciso-falar-violencia-criancas>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

ZAPATA, Fabiana Botelho; FRASSETO, Flávio Américo; GOMES, Marcos Vinícius Manso Lopes. **Ponto a ponto: Direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2016.

## ANEXO 01

Casos notificados de violência física contra crianças e adolescentes



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan)

### Nota técnica

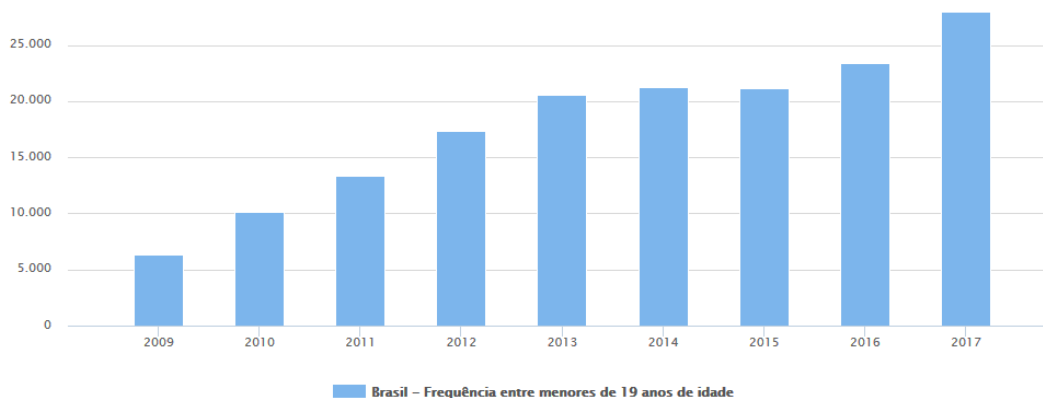
Dados de 2009 a 2014 atualizados em 15/05/2018.

Dados de 2015 e 2016 atualizados em 08/11/2018.

Dados de 2017 atualizados em 17/04/2019.

Dados disponibilizados no TABNET em 04/2019

Casos notificados de violência sexual contra crianças e adolescentes



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan)

### Nota técnica

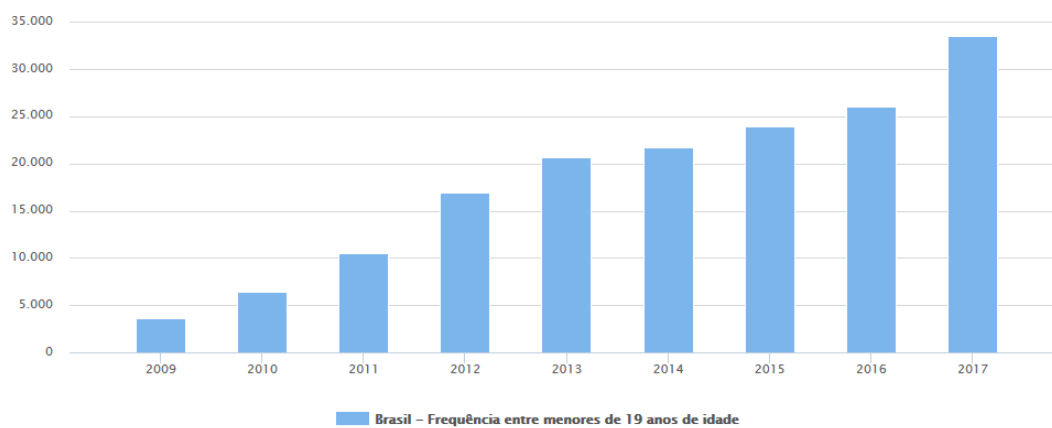
Dados de 2009 a 2014 atualizados em 15/05/2018.

Dados de 2015 e 2016 atualizados em 08/11/2018.

Dados de 2017 atualizados em 17/04/2019.

Dados disponibilizados no TABNET em 04/2019

## Casos notificados de negligência e abandono contra crianças e adolescentes



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan)

## Nota técnica

Dados de 2009 a 2014 atualizados em 15/05/2018.

Dados de 2015 e 2016 atualizados em 08/11/2018.

Dados de 2017 atualizados em 17/04/2019.

Dados disponibilizados no TABNET em 04/2019

## ANEXO 02

Depoimentos de Crianças e Adolescentes (Vítimas/Testemunhas)

|                                      | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019* |
|--------------------------------------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Processos com Depoimentos Efetivados | 61   | 102  | 91   | 95   | 100  | 148  | 270   |
| Crianças e Adolescentes Atendidos    | 65   | 124  | 109  | 106  | 109  | 168  | 324   |

Fonte: NUDECA. Dados organizados pela DGJUR/ \*Dados referentes aos meses de Janeiro a Setembro

Série Histórica de Depoimentos de Crianças e Adolescentes



Fonte: NUDECA. Dados organizados pela DGJUR  
\*Dados referentes aos meses de Janeiro a Setembro